



RELATÓRIO ODS

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS AÇÕES
DO GOVERNO DO CEARÁ: ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES
EFICAZES
Nº 16/2022.

Governadora do Estado do Ceará
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Secretário

Ronaldo Lima Moreira Borges

Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Secretário Executivo de Gestão

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Secretária Executiva de Políticas Estratégicas para Lideranças

Sandra Gomes de Matos Azevedo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Relatório ODS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Nº 16/2022. Fortaleza, Ceará: IPECE. 2022.

Autor: Francisco Mário Viana Martins

ISSN: 2764-4944

1. ODS 2. Agenda 2030 3. Gestão Pública 4. Políticas Públicas
5. Monitoramento.

61 páginas. Cores.

Copyright © 2022 - IPECE



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DE PESQUISA e ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéba | Cep: 60822-325 | Fortaleza, Ceará, Brasil

Telefone: (85) 3101-3521

www.ipece.ce.gov.br

RELATÓRIO  DS
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E AS AÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ: ODS 16 – PAZ,
JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Nº 16/2022.



Organização
Maria Esther Frota Cristino

Elaboração
Francisco Mário Viana Martins

Colaboração
Aprígio Botelho Lócio
Tiago Emanuel Gomes dos Santos

O **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)** é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Maria Esther Frota Cristino (Respondendo)

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

Luciana de Oliveira Rodrigues

Gerência de Estatística, Geografia e Informações - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro



ORGANIZAÇÃO

Maria Esther Frota Cristino

Graduação em Direito pela UFC. Diretora de Estudos e Gestão Pública - DIGEP/ IPECE.

ELABORAÇÃO

Francisco Mário Viana Martins

Mestrado em Economia – CAEN/UFC e Graduação em Finanças – UFC. Assessor Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

COLABORAÇÃO

Aprígio Botelho Lócio

Mestrado em Negócios Internacionais - UNIFOR e Graduação em Ciências Econômicas - FEAACS/UFC. Assistente de Gestão da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

Tiago Emanuel Gomes dos Santos

Pós-Graduado em Governança de TI - Faculdade Estácio e Graduação em Ciências da Computação - Faculdade Lourenço Filho. Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

APRESENTAÇÃO

O Relatório “**Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará**” tem a finalidade de identificar e descrever as iniciativas e ações do Governo Estadual que direta ou indiretamente podem contribuir no alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 ao longo dos anos.

As estratégias públicas promovidas pelo governo do Ceará que de certa forma apresentam um alinhamento com os ODS estão distribuídas em edições relacionadas aos 17 objetivos definidos pela Agenda 2030. Nesta edição serão abordadas as ações relacionadas ao **ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**.

Maria Esther Frota Cristino
Diretora de Estudos de Gestão Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	13
METAS DO OBJETIVO 16	13
AÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ RELACIONADAS AO ODS 16.....	18
PROGRAMAS	18
<i>Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) .</i>	<i>18</i>
<i>Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)</i>	<i>32</i>
<i>Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)</i>	<i>37</i>
<i>Secretaria das Cidades (SCIDADES).....</i>	<i>39</i>
<i>Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).....</i>	<i>40</i>
<i>Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV)</i>	<i>41</i>
<i>Vice Governadoria (VICEGOV).....</i>	<i>42</i>
<i>Casa Civil</i>	<i>44</i>
<i>Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema</i>	
<i>Penitenciário (CGD)</i>	<i>46</i>
<i>Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).....</i>	<i>47</i>
<i>Procuradoria Geral da Justiça (PGJ/MPCE).....</i>	<i>50</i>
<i>Procuradoria Geral do Estado (PGE-CE)</i>	<i>50</i>
<i>Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE)</i>	<i>51</i>
<i>Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE-CE).....</i>	<i>54</i>
<i>Tribunal de Justiça (TJCE)</i>	<i>55</i>
<i>Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE).....</i>	<i>56</i>
<i>Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE).....</i>	<i>56</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59



INTRODUÇÃO

No ano de 2000, um total de 191 países-membros das Nações Unidas fecharam um acordo denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinha por objetivo o compromisso compartilhado de até 2015, buscar a sustentabilidade do Planeta e a melhoria da qualidade de vida da população mundial. Os ODM foram compostos por 8 (oito) objetivos, divididos em 18 (dezoito) metas e com 48 (quarenta e oito) indicadores, a serem monitorados e atingidos por meio de políticas governamentais e ações da sociedade.

A partir dos ODM, surgiram diálogos e negociações que se constituíram na busca pelo desenvolvimento sustentável e que deverão ser alcançados pelos próximos 15 anos (2016-2030). Dessa forma vários acordos e agendas passaram a ser sugeridas e seguidas, algumas com foco bem estabelecido, como o Acordo de Sendai, a Agenda de Ação Adis Abeba, Acordo de Paris, descritos a seguir.

O Acordo de Sendai¹, estabelecido em 18 de março de 2015, na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução de Riscos de Desastres, na cidade de Sendai, Miyagi, no Japão, onde 187 Estados adotaram a “Declaração de Sendai e o Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030”, com o objetivo de reduzir mortes, destruição e deslocamentos causados por desastres naturais, a partir do gerenciamento (antecipação, planejamento e diminuição) de riscos, de forma mais efetiva, com relação à proteção de pessoas, comunidades e países.

A Agenda de Ação Adis Abeba², elaborada em 13 a 16 de julho de 2015, na Terceira Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, Etiópia, e endossado na resolução n° 69/313 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de julho de 2015, foi elaborada com o objetivo de constituir cooperação e parceria global para identificar os meios financeiros e não financeiros necessários para uma mudança de paradigma na forma de investimento em áreas de necessidades globais e financiamento de políticas com prioridades econômicas, sociais e ambientais em busca do desenvolvimento sustentável.

Além deste, tem-se o Acordo de Paris³, adotado por 196 países, na 21ª Conferência das Partes (COP 21), da Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC) sobre Mudanças do Clima, em Paris, em 12 de dezembro de 2015, cujo objetivo é combater as mudanças climáticas, acelerar e intensificar as ações e investimentos necessários para um futuro sustentável de baixo carbono, mantendo um aumento da temperatura global abaixo de 2° Celsius, acima dos níveis pré-industriais, além de procurar limitar o aumento da temperatura ainda mais a 1,5° Celsius.

¹ Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/publications/43291> e <https://www.preventionweb.net/publications/view/43300>. Acesso em 06 de abril de 2022.

² Disponível em *Key Documents*: <https://www.un.org/esa/ffd/ffd3/>. Acesso em 06 de abril de 2022.

³ Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Acesso em 06 de abril de 2022.



Por fim, pode-se também citar a Nova Agenda Urbana (NAU)⁴, definida em 20 de outubro de 2016, na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), na cidade de Quito, Equador e aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no 68º Encontro Plenário para a sua 71ª sessão em 23 de dezembro de 2016. A NAU contém 175 padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhoria das áreas urbanas, distribuídos em cinco pilares de implantação: (i) políticas nacionais urbanas; (ii) legislação e regulação urbanas; (iii) planejamento e desenho urbano; (iv) economia local e finança municipal; e (v) implantação local. Propõe-se, a partir da NAU, uma quebra de paradigmas, buscando correlações entre a boa urbanização e o desenvolvimento sustentável, a criação de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida.

Em 2015, a ONU, por meio de discussões realizadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, estabeleceu 17 metas globais para os próximos 15 anos (2016-2030), chamadas de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Naquele ano, os 193 líderes mundiais, representando os Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil, se comprometeram em enfrentar os problemas mundiais tal como organizado pela ONU, adotando, assim, a chamada Agenda 2030. Isto consistia em cumprir novos objetivos e metas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 1: Ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 06 de abril de 2022.

⁴ Disponível em <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em 06 de abril de 2022.



Os ODS passaram a orientar as políticas públicas em várias nações e atividades de cooperação entre países no mundo. Os Objetivos contemplam 169 metas e 231 indicadores, a serem alcançadas pelos países membros de 2016 até 2030, com foco: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Segurança alimentar e agricultura; 3 - Saúde de qualidade; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água e saneamento; 7 - Energias renováveis e acessíveis; 8 - Trabalho digno e crescimento econômico sustentável; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Padrões sustentáveis de consumo e de produção; 13 - Mudanças climáticas; 14 - Proteção e uso sustentável dos oceanos; 15 - Proteção dos ecossistemas terrestres; 16 - Sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e 17 - Parcerias e meios de implementação.

Além disso os ODS estão distribuídos em quatro Dimensões:

1) Dimensão Social:

Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2) Dimensão Econômica:

Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

3) Dimensão Ambiental:

Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.



Objetivo 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

4) Dimensão Institucional:

Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, com a finalidade de mapear as ações do governo do estado do Ceará, alinhadas aos ODS, o presente relatório apresenta as políticas, programas, projetos e iniciativas governamentais que seguem a Agenda 2030, especificamente ao **Objetivo 16** –*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.* O levantamento das ações do governo em relação ao ODS 16 foi realizado a partir de pesquisas nas Mensagens à Assembleia Legislativa⁵, Plano Plurianual (PPA)⁶, Sistema Integrado de Orçamento e Finanças (SIOF/SEPLAG)⁷ e nos portais das secretarias executoras das ações governamentais.

Considerando que a principal fonte de pesquisa é a Mensagem à Assembleia Legislativa e como se trata de uma publicação prevista no Planejamento Estratégico do IPECE, até 2025, os relatórios poderão sofrer atualizações com advinda das novas ações desempenhadas pelo governo do Ceará e divulgadas nas Mensagens elaboradas pela a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

⁵ As Mensagens são enviadas para o Legislativo no início de cada ano como prestação de contas das ações realizadas pelo Executivo no ano anterior, conforme reza a Constituição do estado do Ceará, em seu art. 88, inciso VIII. Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>. Acessos a partir de março de 2020.

⁶ Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/>. Acesso em 06 de abril de 2022.

⁷ Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/>. Acesso em 06 de abril de 2022.



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

METAS DO OBJETIVO 16

- 16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
- 16.2 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.
- 16.3 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.
- 16.4 - Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.
- 16.5 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
- 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
- 16.8 - Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.
- 16.9 - Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
- 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.
- 16.a - Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.
- 16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em 06 de abril de 2022.



ODS 16 E GESTÃO PÚBLICA

As metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidas dentro de uma visão universal, o que dificulta a gestão pública na identificação e definição de políticas relacionadas ao objetivo e respectivas metas.

Para facilitar o governo Federal e os estaduais no alcance dessas metas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou a readequação das metas dos ODS à realidade brasileira e identificação de indicadores que balizassem as políticas públicas nacionais e subnacionais.

Para o alcance das metas do ODS 16 o governo do Ceará necessita implementar políticas públicas intersetoriais alinhadas a estratégia de gestão para resultados (GPR) que permitam:

- 1) Promover sociedades pacíficas e inclusivas, com foco na redução de todas as formas de violência, principalmente contra crianças; na redução da taxa de mortalidade e na promoção e cumprimento de leis e políticas não discriminatórias;
- 2) Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes; garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa; e
- 3) Proporcionar a igualdade de acesso à justiça e identidade legal para todos.

No âmbito dos governos estaduais, as ações são definidas a partir do Plano Plurianual (PPA) para um período de quatro anos e que é elaborado a partir do segundo ano do governo eleito e finalizado no primeiro ano da próxima gestão.

Quando um governante é reeleito pode acontecer a continuidade de programas da primeira gestão. O ODS 16 se enquadra no Plano de Governo vigente, denominado “Os 7 Cearás”⁸, elaborado para o período de 2015 a 2018 e que continua para os anos de 2019 a 2022, nos Eixos: **Ceará Acolhedor; Ceará da Gestão Democrática para Resultados; Ceará Pacífico; e Ceará Saudável** e nos temas: **Acesso a Terra e Moradia; Assistência Social; Inclusão Social e Direitos Humanos; Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Planejamento e Modernização da Gestão; Transparência, Ética e Controle; Justiça; Segurança Pública; e Esporte e Lazer** que envolvem programas geridos e executados pelas secretarias estaduais da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos; do Planejamento e Gestão; da Segurança Pública e Defesa Social; das Cidades; da Administração Penitenciária; do Esporte e Juventude; e de outros órgão como a Vice Governadoria; Casa Civil; Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário; Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado; Procuradoria Geral da Justiça; Procuradoria Geral do Estado; Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará; Defensoria Pública

⁸ Disponível em <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2022.



Geral do Estado; Tribunal de Justiça; Tribunal de Contas do Estado; e Assembleia Legislativa do Estado de Ceará, cada uma com seu papel e atuação bem definida.

A **Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)** atua em sete programas alinhados com o Objetivo 16, na busca da justiça social, aperfeiçoando a gestão e o controle social da política de assistência social no tocante à proteção das famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social; prevenindo situações de vulnerabilidade e risco social; ampliando a promoção do empoderamento das mulheres, proteção a vítimas de violência e violações de direitos humanos e a inclusão social dos povos, grupos e pessoas historicamente discriminadas; e ampliando a eficiência e a eficácia do atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

O alinhamento da **Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)** ocorre na busca de garantir que as instituições do estado sejam eficazes, ampliando a eficiência e a eficácia na no planejamento e oferta de serviços previdenciários, socioassistenciais e periciais; promovendo o dimensionamento, alocação, reconhecimento, valorização e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos; estaduais para uma melhor oferta do serviço público; provendo o estado de informações relevantes e gerenciais para a tomada de decisões; ampliando a modernização nos processos e serviços compartilhados; realizando a transformação digital da gestão pública estadual; e compartilhando dados governamentais, fomentando assim a participação e controle social.

A **Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)** se identifica com a Agenda 2030, no ODS 16 ao promover a paz e a justiça na sociedade cearense fomentando a integração com a sociedade, em ações estratégicas e operacionais; realizando ações preventivas e melhorando a qualidade do serviço na área da Segurança Pública prestado de forma integrada e efetiva ao cidadão.

A **Secretaria das Cidades (SCIDADES)** promove com o ODS 16 levando paz, ao proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano e justiça ao ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

A **Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)** se alinha com o ODS 16, promovendo justiça por meio da reintegração social e a inserção profissional de pessoas presas e egressos do Sistema Penitenciário.

A **Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV)** promove a paz e justiça com o fortalecimento e a institucionalização das políticas públicas voltadas para juventude, colaborando assim com o ODS 16.

Além dessas secretarias, outros órgãos também estão alinhados com a Agenda 2030, no ODS 16, como é o caso da **Vice Governadoria** articulando as instituições do governo do estado para que elas sejam eficazes, ao construir uma rede de cultura de paz no estado do Ceará,



com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos entidades públicas e sociedade civil.

A **Casa Civil** também está alinhada ao ODS 16, pois promove a eficácia das instituições do governo do estado, ao ampliar a aproximação Governo e Sociedade contemplando a comunicação institucional e a publicização das ações do Governo céleres e eficazes.

A **Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD)** contribui com o ODS 16 promovendo justiça e eficácia nas instituições do estado com a ampliação da prevenção e repressão dos desvios de conduta no controle disciplinar e correccional.

A **Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)** se alinha com o ODS 16 na promoção, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados para a sociedade pelas instituições estaduais de forma eficaz ao contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, no fomento da cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais; e ampliação da participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.

A **Procuradoria Geral da Justiça (PGJ/MPCE)** também atua junto ao ODS 16 na promoção de que as instituições do estado sejam eficazes, ao apoiar a implementação de boas práticas da gestão de ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais.

Da mesma forma, a **Procuradoria Geral do Estado (PGE)** atua junto ao ODS 16 na promoção de que as instituições do estado sejam eficazes, ao aprimorar a representação administrativa e jurídica dos interesses do Estado.

A **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE)** contribui com o ODS 16 promovendo e zelando pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados e propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas.

No caso da **Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE)**, o alinhamento com o ODS 16 é percebido com a ampliação do acesso gratuito à Justiça como garantia dos direitos da população em todos os municípios do Ceará.

O **Tribunal de Justiça (TJCE)** também com o ODS 16 ao promover a justiça para a sociedade ampliando a eficiência e melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.



O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** amplia a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação do Controle Externo, visando promover a melhoria na gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, promovendo assim, o ODS 16.

Por fim, a **Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE)** se alinha com o ODS 16 ao ampliar a aproximação da Casa Legislativa com o povo cearense e a eficácia da produção legislativa.

Todos estes 16 órgãos mostram o quanto o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) é intersetorial necessitando que cada tenha sua parcela de contribuição com a Agenda 2030.



ACÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ RELACIONADAS AO ODS 16

As Políticas Públicas possuem uma abrangência macro com visão integrada, intersetorial e transversal, compostas por programas e projetos com a finalidade de alcançar os objetivos e as metas de cada Eixo do Plano de Governo.

Os Programas são os principais instrumentos do planejamento público e possuem uma secretaria como coordenadora, podendo serem executados por mais de uma setorial. Eles são apresentados a cada Plano Plurianual (PPA), subdividido por Eixo e Tema, cadastrados no SIOF por um código. Para facilitar a sua apresentação, podendo estes apresentar mais de um código, caso este programa tenha sido continuado em mais de um PPA.

As ações que compõe os programas do governo foram separadas por secretarias que são responsáveis pela gestão e execução dos mesmos.

PROGRAMAS

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)

01. Programa Implementação do Sistema Único de Assistência Social (121)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Assistência Social.
- Objetivo: Aperfeiçoar a gestão e o controle social da política de assistência social no estado e nos municípios, no tocante à proteção social, a vigilância socioassistencial e defesa de direitos.
- Público-alvo: Gestores, trabalhadores e Conselheiros Municipais e Estaduais da Política de Assistência Social.
- Gestor: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Executores: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).
- Qualificação da implementação da política pública no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
 - Realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social com o Tema Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social.
 - Pacto pelo Fortalecimento das Políticas Públicas da Assistência Social do Ceará.
- Promoção do apoio à melhoria da gestão municipal na política de Assistência Social.
 - Assessoramento aos 184 municípios para a efetivação e fortalecimento da política de assistência social, execução da Proteção Social Básica (PSB), CADÚNICO, Programa Bolsa Família (PBF), Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) /Criança Feliz.
 - Assessoramento técnico a 150 municípios participantes do Programa Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), para disseminar e estimular o envelhecimento ativo,



saudável, cidadão e sustentável, mobilizando e incentivando a gestão municipal para a execução de ações integradas de políticas públicas voltadas à pessoa idosa, com efetiva adesão de 73 municípios e participação de 17.280 idosos.

- Atendimento a 2.863 famílias, totalizando 11.795 pessoas atendidas, com ações voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social, pelos Projetos Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABCs e Circus), Centros Comunitários (Santa Teresinha, Farol e São Vicente) e Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação - Espaço Viva Gente.

02. Programa Proteção Social Especial (072 ou 122)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Assistência Social.
- Objetivo: Garantir a proteção integral às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social com direitos violados e/ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Público-alvo: Crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social com direitos violados e / ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Gestor: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Executores: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), Fundo Estadual para a Criança e ao Adolescente (FECA), Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE).
- Qualificação da prestação dos serviços socioassistenciais de média e alta complexidade.
 - Qualificação de 50 Pessoas acolhidas nas unidades da Proteção Social Especial.
 - Realização de quatro eventos sobre os temas: enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, violação de direitos e violência contra a mulher.
- Implantação da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Estado do Ceará.
 - Implantação do abrigo regionalizado de Ararendá para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, vinculado aos municípios Ipueiras, Tamboril, Santa Quitéria, Hidrolândia e Ipaporanga.
 - Implantação de 01 abrigo regionalizado para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em Caririçu.
 - Implantação de seis abrigos, sendo dois abrigos regionalizados de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, com sede nos municípios de Jaguaruana e Itaitinga, e quatro Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência intelectual e outras deficiências associadas em Fortaleza.
 - Implantação da Central de Acolhimento Estadual para controle das vagas dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.
- Promoção do apoio à prestação do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e Pessoa com Deficiência no âmbito municipal.



- Manutenção de 08 serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, no município de Fortaleza.
- Manutenção de 06 residências inclusivas para jovens e adultos com deficiência, no município de Fortaleza.
- Promoção da oferta de serviços de acolhimento para pessoas com direitos violados e vínculos familiares/comunitários rompidos no âmbito estadual.
 - Reordenamento institucional das Unidades de Acolhimento com a oferta qualificada de atendimento individualizado, personalizado e em pequenos grupos, que possibilite o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários, conforme orienta as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações.
- Promoção do apoio à prestação de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social no âmbito da Proteção Social Especial.
 - Apoio a 12 entidades sem fins lucrativos que realizam o serviço de atendimento, beneficiando 2.136 crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, localizadas em Fortaleza.
 - Realização de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para 9.628 alunos, público-alvo da Educação Especial, incluídos na rede pública de ensino que necessitam desse atendimento, por meio dos seguintes equipamentos: 176 Salas de Recursos Multifuncionais, beneficiando 3.765 estudantes; nos 48 Centros de Atendimento Educacional Especializado (ONGs conveniadas), beneficiando 4.559 estudantes; nos oito Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado, beneficiando 357 estudantes, em Fortaleza; um Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE), beneficiando 947 estudantes.
 - Apoio a 176 escolas com Salas de Recursos Multifuncionais, visando aquisição de materiais pedagógicos para a melhoria das condições do atendimento educacional.
 - Atendimento a 910 crianças e adolescentes por meio de projetos de apoio ao fortalecimento da Rede de Proteção Social, financiados pelo Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA).

03. Programa Proteção Social Básica (080 ou 123)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Assistência Social.
- Objetivo: Prevenir situações de vulnerabilidade e risco social contemplando serviços, benefícios e programas socioassistenciais.
- Público-alvo: Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Gestor: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Executores: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).
- Qualificação da prestação dos serviços socioassistenciais no âmbito do Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.



- Capacitação de 55.000 pessoas no Programa Integrado de Educomunicação EaD em Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos por meio do Programa de Apoio às Reformas Sociais (PROARES III).
- Capacitação de 4.296 pessoas no âmbito da Proteção Social Básica para a melhoria da prestação dos Serviços Socioassistenciais.
- Capacitação de 3.425 pessoas das equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), equipes da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), CadÚnico, Bolsa Família, gestores, conselheiros e técnicos municipais e estaduais.
- Capacitação de 430 pessoas, entre técnicos e educadores sociais, de 55 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) responsáveis pelo SCFV para crianças de zero a seis anos e mais 47 profissionais de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)⁹.
- Capacitação de 420 crianças, adolescentes e jovens dos projetos ABC e Circo Bom Jardim sobre as questões da pessoa idosa, pessoa com deficiência, gênero e igualdade racial.
- Realização de dois eventos de capacitação “Orientações para ações com crianças até seis anos de idade com foco no desenvolvimento infantil”, com a participação de 36 municípios selecionados, para equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e técnicos estaduais da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e Secretaria da Educação (SEDUC), atingindo 157 pessoas.
- Realização do 1º Encontro das Pessoas com Deficiência.
- Realização do Seminário Estadual Intersetorial do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) / Criança Feliz, com 319 participantes.
- Realização de nove eventos em comemoração ao Dia da Criança - Arte na Praça Itinerante.
- Expansão da oferta na prestação de serviços socioassistenciais a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.
 - Realização de atendimento a 5.945 pessoas, dentre crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosas e familiares, nas 12 unidades da Proteção Social Básica, nos Projetos: Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação (ABC's e Circos), Famílias - Desafios e Inclusão Social (Centros Comunitários) e Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação (Espaço Viva Gente).
 - Realização de atendimento a 2.178 crianças e adolescentes pelos projetos ABCs, Circo Escola e Espaço Viva Gente.
 - Realização de atendimento de 3.642 pessoas, de 884 famílias, em quatro Centros Comunitários, por meio do Projeto Famílias - Desafios e Inclusão Social, com aquisição de documentos básicos (RG), cursos de informática, qualificação profissional, atividades de arte, esporte e cultura, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, oficinas produtivas, além de atendimento individual e em grupos socioeducativos.

⁹ Atual Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).



- Realização de atendimento a 4.500 crianças, adolescentes e jovens em nove ABCs, dois Circos Escola e quatro Centros de Integração, Inclusão e Promoção Social (CIPs), localizadas em 13 bairros de Fortaleza.
- Realização de atendimento de 4.973 pessoas, em cinco Centros Comunitários, por meio do projeto Famílias - Desafios e Inclusão Social - com aquisição de documentos (RG), cursos de qualificação profissional, informática básica, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, grupos socioeducativos, oficinas produtivas, atividades de esporte, arte e cultura.
- Realização de 31.241 visitas de acompanhamento domiciliar a famílias de 126 municípios, envolvendo 13.674 crianças e 2.137 gestantes.
- Realização de 3.247 visitas de acompanhamento a famílias cadastradas em situação de extrema pobreza e com crianças até cinco anos acompanhadas pelos CRAS nos municípios selecionados.
- Acompanhamento a 4.800 famílias vulneráveis, com crianças de até cinco anos, em 36 municípios, no âmbito do eixo assistência à família do Programa para Resultados - PforR, por meio do qual as crianças são inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de zero a seis anos.
- Promoção da implementação de políticas públicas para inserção social e acessibilidade.
 - Lançamento do Pacto pelo Fortalecimento das Políticas Públicas da Assistência Social do Ceará.
 - Lançamento do Cartão Mais Infância, benefício de transferência de renda para famílias cearenses com crianças de zero a cinco anos e 11 meses que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social.
- Expansão da adaptação e acessibilidade de espaços públicos de convivência social.
 - Implantação de 12 Equipamentos Socioassistenciais: 04 (quatro) Centros de Esportes em Praças - Praça Mais Infância nos municípios de Icapuí, Itarema, Trairi, Boa Viagem e Itapipoca e 07 (sete) Centro de Esportes para Futebol Areninha nos municípios de Barbalha, Boa Viagem, Beberibe, Santa Quitéria, Paracuru, Caucaia e Maracanaú.
 - Implantação de 56 Brinquedopraças, beneficiando 806.400 pessoas com ações do Programa Mais Infância Ceará.
 - Entrega de 77 equipamentos sociais pelo Programa de Apoio às Reformas Sociais (PROARES), dentre os quais: três Centros Esportivos em Praças Mais Infância, 51 Centros Esportivos para Futebol em Areninhas e 23 praças.
 - Implantação de três Centros de Educação Infantil nos Municípios de Santana do Acaraú, Assaré e Granja, beneficiando 300 crianças.
 - Implantação de um Polo de Convivência Social, com quadra, no Município de Juazeiro do Norte, beneficiando 1.000 adolescentes e jovens.
 - Implantação de uma Quadra Poliesportiva no município de Santana do Acaraú, beneficiando 500 adolescentes e jovens.
 - Implantação de um Centro de Esporte no Município de Iguatu, beneficiando 1.200 adolescentes e jovens.
 - Implantação e gerenciamento de 18 Brinquedopraças pelo poder público estadual, em parceria com a comunidade.



- Implantação de 35 Brinquedocreches em creches públicas municipais.

04. Programa Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher (131)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Inclusão Social e Direitos Humanos.
- Objetivo: Ampliar a promoção do empoderamento das mulheres e autonomia socioeconômica.
- Público-alvo: Mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social.
- Gestor: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Executores: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Expansão da oferta regionalizada de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
 - Implantação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher nos municípios de Catunda e de Jaguaratama.
 - Reestruturação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM) pela Lei Estadual Nº 17.170, de 09 de janeiro de 2020 e a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Iracema.
- Qualificação profissional no âmbito estadual voltada ao enfrentamento à violência contra as mulheres.
 - Realização de 07 eventos voltados a promoção da participação social para o planejamento e a implementação das políticas públicas para mulheres.
 - Qualificação de 242 mulheres nas ações do convênio "Mais Mulher: inclusão socioproductiva de mulheres em situação de violência".
 - Realização da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres: Garantias e Avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia.
 - Capacitação de 1.237 pessoas no curso virtual de Capacitação para a Rede de Enfrentamento e Atendimento à Violência de Gênero e atendimento na Rede Socioassistencial.
- Promoção da caravana de enfrentamento à violência contra as mulheres.
- Promoção da participação social no planejamento e implementação das políticas públicas para as mulheres.
 - Implantação do Centro de Referência da Mulher - CERAM em Fortaleza.
 - Manutenção da casa abrigo destinada às mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob grave ameaça ou risco de morte.
 - Manutenção da Casa da Mulher Brasileira do Ceará.
 - Atendimento de 20.819 pessoas pela Casa da Mulher Brasileira.
 - Atendimento de 67 pessoas na Casa Abrigo, destinada às mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob grave ameaça ou risco de morte.



- Promoção da oferta regionalizada de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- Promoção dos serviços de atendimento das unidades móveis a mulheres do campo, da floresta e das águas em situação de violência doméstica e familiar.
 - Manutenção de 02 unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência do campo, da floresta e das águas para garantir a prestação dos serviços especializados.
 - Manutenção das 02 unidades móveis de atendimento voltadas para a garantia da prestação dos serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres com a participação de 721 pessoas nas rodas de conversas em 21 distritos.
- Promoção de campanhas publicitárias em relação à proteção e defesa de direitos das mulheres.
 - Realização de 31 campanhas promoção dos direitos e dos serviços especializados para as mulheres em situação de violência.
 - Realização de 68 campanhas para promoção dos direitos e dos serviços especializados para as mulheres em situação de violência com os seguintes temas: Diálogos entre Mulheres e Homens pela Harmonia Familiar, Só Para Elas, Outubro Rosa e 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.
 - Realização de 02 campanhas publicitárias: "Cariri pela vida das mulheres: Basta de feminicídios e violência" e "Mulheres: Por mais liberdade. Por mais respeito. Por mais igualdade.

05. Programa Proteção à Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania (133)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Inclusão Social e Direitos Humanos.
- Objetivo: Ampliar a proteção a vítimas de violência e violações de direitos humanos e o acesso dos cidadãos aos documentos básicos.
- Público-alvo: Pessoas vítimas de violência e violação de direitos humanos; pessoas que necessitem do acesso aos documentos básicos.
- Gestor: Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Executores: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Promoção da atenção aos migrantes, refugiados e pessoas em situação de tráfico.
 - Atendimentos psicossociais e orientação jurídica a 898 pessoas, dentre migrantes, refugiados e pessoas em situação de tráfico para a superação das vulnerabilidades no contexto da mobilidade humana.
 - Atendimento a 1.388 pessoas, dentre migrantes, refugiados e pessoas em situação de tráfico, com atendimentos psicossociais, orientações jurídicas e qualificação profissional.
 - Capacitação de 1.083 profissionais da rede da atenção a migrantes, refugiados e pessoas em situação de tráfico e outros sujeitos sociais sobre tráfico e temas ligados a mobilidade humana.



- Implantação do Serviço de Proteção Provisória a Pessoas Ameaçadas.
 - Realização de 09 capacitações para qualificar as ações de atendimento do público dos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas e do Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV).
 - Publicação da Lei nº 16.962/2019 que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Proteção a Pessoas do Estado do Ceará (SEPP).
- Qualificação dos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas já implantados: PROVITA, Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).
 - Realização de 05 eventos para aperfeiçoar o fluxo de acionamento dos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas PROVITA, PPDDH, PPCAAM e Programa de Proteção Provisória (PPPro) e a qualificação dos atores do Sistema.
 - Realização de 05 capacitações para o aperfeiçoamento dos profissionais das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas (PROVITA, PPDDH, PPCAAM e PPPro) e Núcleo de Assessoria.
 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Proteção a Pessoas (SEPP) capacitação e integração de ações na implementação dos programas de proteção (PROVITA, PPDDH, PPCAM e PPPro).
- Qualificação do atendimento às vítimas diretas e indiretas da violência urbana.
 - Realização de 05 capacitações para o aperfeiçoamento dos profissionais das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas e Núcleo de Assessoria.
 - Capacitação de 1.257 pessoas nas temáticas relacionadas ao tráfico de pessoas, a mobilidade humana, aos direitos humanos e os reflexos da pandemia para os refugiados e migrantes.
 - Realização de 06 capacitações para analisar as metodologias e desenvolver novas abordagens, visando melhorar a prestação dos serviços de atendimentos às vítimas diretas e indiretas de violência.
- Implantação da prestação de serviços de mediação de conflitos em comunidades vulneráveis.
- Promoção dos direitos de ex-presos e perseguidos políticos.
 - Reparação indenizatória a 10 (dez) ex-presos e perseguidos políticos no Estado do Ceará.
- Expansão da prestação de serviços de atendimento direto ao cidadão.
 - Realização de 2.210.289 atendimentos ao cidadão nas unidades Vapt Vupt, nas Casas do Cidadão, no Projeto Caminhão do Cidadão e pelo Chat de atendimento do Cidadão.

06. Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (054 ou 135)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Inclusão Social e Direitos Humanos.
- Objetivo: Ampliar a promoção de direitos e a inclusão social dos povos, grupos e pessoas historicamente discriminadas e vulneráveis.



- Público-alvo: Pessoa Idosa; Pessoa com Deficiência; População Negra; Povos Originários, indígenas; Povos e Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Povos de Terreiro e Ciganos; Comunidade Africana; População LGBT (com enfoque nas travestis, mulheres e homens transexuais); trabalhadores em situação análoga à escravidão; demais pessoas com direitos violados.
- Gestor: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Executores: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Qualificação do atendimento dos agentes públicos para superação do racismo institucional.
 - Capacitação de 176 agentes públicos dos CRAS, sobre a diversidade étnico-racial com foco naqueles que atuam direta ou indiretamente em comunidades Indígenas, Quilombolas e em áreas rurais para a realização do Programa de Acompanhamento Familiar às famílias pobres e extremamente pobres, prioritárias da Política Nacional de Assistência Social.
 - Capacitação de 1.388 agentes públicos, pessoas LGBTQ+ e sociedade civil nas temáticas que visam a promoção e a defesa dos direitos da população LGBTQ+.
 - Capacitação de 1.993 agentes públicos por meio de formações sobre relações étnico-raciais, racismo estrutural e a transversalidade da Política de Promoção da Igualdade Racial.
 - Capacitação de 1.957 Agentes públicos sobre relações étnico-raciais, racismo estrutural e a transversalidade da política promoção da igualdade racial.
 - Capacitação de 322 representantes do controle social com a formação de conselheiros em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI-CE).
 - Capacitação de 203 profissionais da rede envolvidos com a temática do trabalho decente e erradicação do trabalho escravo em Fortaleza.
 - Melhoria do atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis.
- Promoção do controle social, participação democrática e visibilidade dos aspectos socioculturais para efetivação da Política de Promoção da Igualdade Racial.
 - Realização de 61 Eventos de participação cidadã para o controle social e visibilidade dos aspectos socioculturais e para a efetivação da política de Promoção de Promoção da Igualdade Racial.
 - Premiação Nacional na categoria Justiça e Cidadania - Prêmio Innovare 2020 com a Campanha Ceará sem Racismo.
 - Criação do Selo Município sem Racismo.
- Promoção de qualificação integrada voltada à erradicação do trabalho escravo no Estado do Ceará
 - Capacitação de 348 Profissionais da rede e outros sujeitos sociais sobre trabalho decente e erradicação do trabalho escravo, nos municípios de Fortaleza, Moraújo, Martinópolis, Marco e Granja.



- Realização de 10 eventos com foco na promoção dos Direitos Humanos, com as temáticas: trabalho escravo, visibilidade trans, Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica
- Capacitação sobre atendimento às mulheres em situação de violência; sobre atendimento a pessoas em situação de trabalho escravo; sobre a diversidade étnico-racial; sobre a rede de atendimento socioassistencial às comunidades tradicionais e o enfrentamento ao racismo institucional.
- Promoção da qualificação integrada voltada aos direitos da população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) para enfrentamento a LGBTfobia institucional no serviço público do estado do Ceará.
 - Capacitação a 1.394 pessoas sobre a promoção e defesa dos direitos da população LGBT nos municípios de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Quixeramobim.
 - Realização da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT do Ceará; “Blitz de Cidadania” com entrega de materiais sobre DSTs e Aids; 16 edições do “Ceará de Cidadania contra a Homofobia”, em Fortaleza e em outros municípios, dentro das atividades alusivas à Parada pela Diversidade Sexual, ao 29/01 - Dia da Visibilidade Trans, ao 17/05 - Dia Municipal de Combate à LGBTfobia e 29/08 - Dia da Visibilidade de Lésbicas e Mulheres Bissexuais; edição do Projeto “Ceará do Meu Orgulho” em alusão ao 28/06 - Dia Mundial do Orgulho LGBT.
- Implantação de serviço de atendimento especializado à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).
 - Realização de 21.906 atendimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade tais como mulheres, população LGBT e pessoas com deficiência, possibilitando o acesso aos direitos nas instâncias públicas, acessibilidade comunicacional e informativa, em programas, ações e atividades destinadas a esses segmentos populacionais. Contempla também os atendimentos realizados pela Ouvidoria dos Direitos Humanos. Somente a mulheres em situação de violência foram atendidas, em todo Ceará, 19.383 pessoas.
 - Atendimento a 623 Pessoas e as Instituições Públicas com a finalidade de garantir o acesso aos serviços, informações e tecnologias assistivas e a acessibilidade para pessoas idosas e para pessoas com deficiência.
- Expansão do controle social sobre as políticas públicas voltadas à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).
 - Realização da 1ª Pesquisa Estadual Desbravando Realidades Trans: Novos Rumos das Políticas Públicas Inclusivas e Afirmativas para Pessoas Trans.
- Implementação da Política dos Direitos Humanos no Estado do Ceará.
 - Capacitação de 1.158 servidores públicos com foco na melhoria da qualidade do serviço prestado e na promoção dos direitos humanos.
- Promoção da Política Estadual de Memória e Verdade.
 - Realização de 12 eventos com foco na preservação da memória histórica, no enfrentamento a violência e na promoção dos direitos humanos.
- Expansão de ações para inclusão social e redução da violência
 - Seminário “Cultura do Estupro: Dimensões Políticas, Jurídicas e Sociais”, com a participação do Movimento de Mulheres do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense, de estudantes e profissionais da URCA.



- Ampliação de ações para inclusão social e redução da violência.
- Realização de ações da política de prevenção, combate à tortura e graves violações de direitos humanos através do Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura em Fortaleza, beneficiando 136 pessoas.
- Projeto Saraus da Juventude, prevendo a seleção e a premiação de 100 saraus produzidos por jovens nas áreas de maiores vulnerabilidades.
- Capacitação em Ibiapina, Ubajara e Tianguá, em oficinas temáticas nas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo, Floresta e das Águas sobre enfrentamento à violência contra a mulher.
- Festival das Juventudes da Serra da Meruoca, em parceria com a Prefeitura Municipal de Meruoca, Conselho Municipal de Juventude de Meruoca e representantes de outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil.
- Intervenção de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na Exposição Agropecuária do Ceará - EXPOCRATO.
- Realização de oficinas sobre a importância do movimento e da luta, do dia a dia, das mães de crianças com microcefalia, em parceria com a Associação das Mães de Crianças com Microcefalia (AME) e sobre a rede de atendimento e o enfrentamento à violência contra a mulher, caminhada de “Não à Violência contra a Mulher”; de oficinas temáticas, no município de Barbalha, sobre os avanços e os desafios da Lei Maria da Penha, aniversário de 10 anos desta Lei em 2016 e apresentação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- Realização de seminários, por meio do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, com temáticas relacionadas ao problema dos homicídios na adolescência, sobre “armas e drogas” e sobre “cultura do medo, custo da violência e impunidade”.
- Realização de 145 atendimentos nas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo, Floresta e Águas, por psicólogo, assistente social e advogado, fornecidas informações e orientações sobre violência de gênero e implementação da Lei Maria da Penha no meio rural.
- Realização da 1ª Formação dos Educadores do ProJovem Urbano na modalidade prisional.
- Promoção do Controle Social, Prevenção e Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos.
 - Foram beneficiadas 105 pessoas com Ações de prevenção, combate à tortura e graves violações de direitos humanos.
 - Realização da V Conferência Estadual de Direitos Humanos do Ceará, em articulação com o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e participação da Delegação Cearense na Conferência Nacional, em Brasília.
 - Manutenção do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.
- Expansão da rede de proteção dos direitos de indivíduos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.
- Realização de 03 Assessorias sobre os procedimentos de criação de órgão e conselho municipais de políticas de promoção da igualdade racial nos municípios de Quiterianópolis, Ocara e Caucaia.



- Ampliação da rede de defesa e promoção de direitos humanos dos grupos vulneráveis.
- Promoção da qualificação para superação do racismo e fortalecimento identitário das populações negra, indígena, quilombola, de terreiro e cigana.
 - Realização de seis eventos referentes à consolidação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Poranga e do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.
 - Capacitação de 1.241 pessoas em formações educacionais, políticas e profissionais para superação do racismo, das vulnerabilidades sociais e para o fortalecimento identitário das populações negra, indígena, quilombola, de terreiro e cigana.
 - Capacitação de 1.908 pessoas sobre questões étnico-raciais e formações educacionais, políticas e profissionais para superação do racismo das vulnerabilidades sociais para fortalecimento identitário.
 - Capacitação sobre diversidade, cultura e identidade afro-brasileira, com enfoque no enfrentamento ao racismo; sobre o racismo institucional e das políticas de ação afirmativa; e, evento realizado com a Secretaria de Educação sobre diálogos e possibilidades para uma educação antirracista.
- Promoção da descentralização da política de promoção da igualdade racial.
 - Assessoria as equipes técnicas dos municípios de Horizonte, Crato, Brejo Santo, Itapipoca, Beberibe, Tamboril, Quiterianópolis, Fortim, Aracati e Icapuí para implantação da Política de Promoção da Política de Igualdade Racial.
 - Evento em alusão ao Dia da Independência de Guiné-Bissau e a estadia atual dos Guineenses no Ceará, em parceria com a Associação de Estudantes africanos de GuinéBissau no Ceará, com filme e debates sobre as condições vivenciadas pelos africanos no Ceará, o racismo existente nessa sociedade e as formas de enfrentamento ao mesmo.
- Implantação das Políticas da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência do Estado do Ceará.
 - Publicação da Lei nº 17.605/2021 que confere nova redação à Lei Nº 13.243, de 25 de julho de 2002, que instituiu a Política Estadual da Terceira Idade no Ceará.
- Promoção da formação e qualificação sócio-político-cultural do Idoso e da Pessoa com Deficiência.
 - Formação e qualificação de 1.756 pessoas idosas e pessoas com deficiência com o objetivo de ampliar a participação e o senso crítico reflexivo sobre os direitos.
 - Realização da IV Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência, em parceria com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, em Fortaleza.
 - Certificação de 16 municípios como Promotores da Política da Pessoa com Deficiência.
 - Certificação de 16 municípios como Promotores da Política da Pessoa Idosa.
- Qualificação profissional e valorização dos agentes públicos que prestam serviços a pessoa idosa e a pessoa com deficiência.
 - Capacitação de 410 agentes públicos e trabalhadores que prestam serviço a pessoa idosas e as pessoas com deficiência.



- Promoção da acessibilidade e do acesso à informação, aos serviços e às tecnologias assistivas para pessoas idosas e com deficiência.
- Qualificação do controle social sobre as Políticas da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.
 - Realização de 09 eventos de sensibilização para assegurar a pessoa idosa e a pessoa com deficiência o direito ao pleno exercício da cidadania.
 - Realização de 23 eventos para implementação das políticas municipais da pessoa com deficiência e da pessoa idosa.

07. Programa Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo (075 ou 136)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Inclusão Social e Direitos Humanos.
- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo para sua reinserção sociofamiliar e comunitária.
- Público-alvo: Adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 21 anos incompletos, sentenciados judicialmente.
- Gestor: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).
- Executores: Superintendência de Obras Públicas (SOP), Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).
- Qualificação da prestação dos serviços nas unidades do sistema socioeducativo do Estado.
 - Capacitação de 408 profissionais da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), por meio da Escola de Gestão Pública do Ceará (EGPCE) e parceiros, com destaque para os seguintes cursos: EAD-Atendimento ao Público; Elaboração de Projetos Sociais; Ética Pública e Planejamento.
 - Realização de capacitação de equipes técnicas e de apoio de 300 pessoas das diversas Unidades de atendimento socioeducativo da capital e interior, para a melhoria dos serviços ofertados.
- Expansão da oferta de vagas no sistema de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
 - Realização de obras de estruturação e manutenção em nove Centros socioeducativos da Capital e Interior, contribuindo para a melhoria da execução das atividades de socioeducação.
 - Conclusão do Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (Internação) em Fortaleza, com restauração e dispositivo de concreto (cama, divisória, grades e janelas), pintura, instalações elétricas e hidrossanitárias.
 - Realização de obras no Centro Socioeducativo Canindezinho de implantação no trecho da rede de esgoto, manutenção e limpeza da estação de tratamento.



- Reforma da Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro, com obras de restauração e dispositivo de concreto (cama, divisória, grades e janelas), pintura, instalações elétricas e hidrossanitárias.
- Qualificação física e tecnológica das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Promoção da oferta de serviços de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
 - Atendimento a 2.036 adolescentes nos 9 centros socioeducativos, e Unidade de recepção, em conformidade com o que preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
 - Atendimentos mensais a 631 adolescentes em medida de internação ou semiliberdade, em atividades artísticas, culturais, esportivas e de Lazer, bem como visitas a equipamentos culturais.
 - Atendimentos a 17.079 na área de saúde, realizados em adolescentes em medida socioeducativa em meio fechado (1.375 médicos, 15.308 enfermagem, 326 psiquiátricos, três dermatológicos e 67 odontológicos).
 - Realização de 6.264 testes de saúde em adolescentes em medida de privação de liberdade: 1.301 HIV, 1.386 Hepatite C; 1.452 Hepatite B; 1.455 Sífilis; 670 Covid.
- Qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
 - Qualificação de 1.878 adolescentes, em cursos de formação profissional, com destaque para os cursos: Artesanato em Vime, Barbearia, Básico em reparos domésticos, Gastronomia, Informática Básica, Manicure, Inclusão Digital, Curso de Embalagem em Papel, Papelão e MDF, Textura e Pintura em Parede, contribuindo para a sua inserção sociofamiliar e no mercado de trabalho.
 - Realização de turmas de educação formal na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Socioeducativos de Internação de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, com frequência de 1.992 adolescentes e jovens.
 - Certificação de 1.933 jovens e adolescentes em cursos de qualificação profissional nos centros socioeducativos - 1.390 em Fortaleza, 253 em Sobral, 252 em Juazeiro, 15 em Iguatu e 23 em Crateús.
 - Certificação de 1.563 jovens em cursos de qualificação profissional, sendo 1.154 em Fortaleza, 211 em Sobral, 156 em Juazeiro do Norte, 37 em Iguatu e 05 em Crateús.
 - Instituição do Programa de Oportunidades e Cidadania - POC (Portaria 120/2021-SEAS), em 25 de agosto de 2021.
- Promoção do apoio à prestação no âmbito municipal do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.
 - Criação da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS.
 - Realização do I Festival de Arte e Cultura do Sistema Socioeducativo, com exposição de 49 telas e apresentação de cinco curtas-metragens produzidos com participação os adolescentes dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.
 - Realização de Seminário e Oficinas sobre os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo, com a participação de 500 pessoas (Gestores municipais da assistência social, e equipes técnicas).



Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)

01. Programa Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual (221)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.
- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na oferta de serviços previdenciários, socioassistenciais, periciais e de valorização dos servidores públicos estaduais ativos e inativos.
- Público-alvo: Servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e seus dependentes.
- Gestor: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Executores: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará (FASSEC) e Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (CEARAPREV).
- Promoção da preparação de servidores públicos para a aposentadoria.
 - Implementação de plano de gestão com um conjunto de medidas voltadas ao fortalecimento da gestão da previdência social dos servidores públicos civis e militares do Estado do Ceará, entre as quais estão a incorporação da plataforma SGOLD.PREV, com o intuito de prover a proteção dos dados e informações sigilosas da Cearaprev e a customização do SGPREV, para otimizar os serviços prestados, oferecer celeridade nos processos e fortalecer a gestão da previdência social do Estado do Ceará.
- Promoção da qualidade de vida no âmbito do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI).
 - Realização de 23.392 atendimentos aos servidores públicos estaduais aposentados, por meio de encontros de socialização, cursos, atendimentos psicológicos, relacionamentos via redes sociais, telefone, entre outros.
- Promoção da prestação dos serviços de Perícia Médica Itinerante.
- Promoção da prestação dos serviços de Perícia Médica.
 - Realização de 779.924 atendimentos em assistência à saúde a servidores públicos civis e militares, e seus dependentes, pela rede de atendimento credenciada ao Novo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC).
 - Realização de 1.135 atendimentos/procedimentos em assistência à saúde de usuários e dependentes, portadores de necessidades especiais, do Plano de Saúde Novo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC) no município de Fortaleza.
- Qualificação da Gestão Previdenciária Estadual.
- Promoção da assistência especializada à saúde de pessoas com deficiência.

02. Programa Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas (222)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.
- Objetivo: Promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.



- Público-alvo: Órgãos, Entidades e Servidores Públicos civis e militares do Estado do Ceará.
- Gestor: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Executores: Assembleia Legislativa (ALECE), Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP), Procuradoria Geral do Estado (PGE-CE), Procuradoria Geral de Justiça (PGJ/MPCE), Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Escola de Saúde Pública (ESPCE), Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), Fundação Universidade Vale do Acaraú (UVA), Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA), Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nuteq), Secretaria do Turismo (SETUR), Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV), Secretaria das Cidades (SCIDADES), Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).
- Promoção da qualificação profissional na área de gestão pública para servidores e empregados públicos.
 - Ofertados 259 cursos a servidores e empregados públicos da região Grande Fortaleza, sendo 12 na modalidade presencial, 127 na modalidade remota (online) e 120 na modalidade à distância.
 - Oferta de 268 cursos pela Escola de Gestão Pública - EGPCE para servidores e empregados públicos, sendo 39 na modalidade presencial (ou remota/online) e 229 na modalidade a distância, nos eixos temáticos administrativo-financeiro; controle interno; gestão e desenvolvimento de pessoas; modernização organizacional; planejamento, orçamento e finanças; e tecnologia da informação e comunicação.
 - Realização de 73 eventos de capacitação e atualização pela EGPCE na modalidade presencial e na modalidade remota (online) para servidores e empregados públicos, sendo 20 palestras, 46 oficinas, 6 seminários e 1 congresso.
- Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará.
- Promoção de ingresso de profissionais qualificados para ocupação em postos estratégicos.
- Expansão das estratégias de reconhecimento dos servidores públicos e de melhoria do desempenho no exercício de suas atividades laborais.
- Promoção do gerenciamento da Folha de Pagamento da Administração Pública Direta e Indireta, exceto às Sociedade de Economia Mista.
- Promoção do assessoramento na área de gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas aos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

03. Programa Sistema de Planejamento Orientado para Resultados (242) ou Programa Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento (065)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática por Resultados.



- Tema: Planejamento e Modernização da Gestão.
- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do planejamento estadual no âmbito das políticas públicas, provendo o Estado de informações relevantes e gerenciais para a tomada de decisões e estabelecendo alianças e cooperações entre o público e o privado, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos disponibilizados à população cearense.
- Público-alvo: Órgãos e entidades públicos, instituições privadas e sociedade civil organizada.
- Gestor: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Executores: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).
- No PPA 2020-2023 o programa 065 mudou para 242 tendo melhorias em seu objetivo, mas mantendo o mesmo público alvo.
- Promoção da gestão do planejamento, monitoramento e avaliação de planos e políticas públicas.
 - Realização de eventos, entre Fóruns, Mesas Redondas, Palestra, a exemplo do Fórum Ceará em Debate IPECE/SEPLAG (Avaliação de Políticas Públicas: uma perspectiva sistêmica e progressista) e o Encontro Economia do Ceará em Debate, que acontecem anualmente.
 - Realizado de eventos participativos de planejamento, em formato virtual via Plataforma Ceará Transparente, relativo à Revisão do PPA 2020-2023, abrangendo as 14 regiões de planejamento do estado do Ceará.
 - Publicação de 07 instrumentos de planejamento e gestão, entre os quais destacam-se Relatórios de Monitoramento do PPA 2020-2023 e Relatórios de Monitoramento da LDO 2021 e 2021.
 - Publicação de estudos que tratam de diversos temas como inflação, mercado de trabalho, Produto Interno Bruto, juventude, emprego e renda, habitação, indicadores sociais e econômicos estaduais e municipais, dentre outros, entre os quais alguns no âmbito da pandemia da Covid-19.
- Expansão da adoção do Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará.
 - Oferta de um Curso de Especialização em Gestão para Resultados, com carga horária de 460 h/a, voltado aos profissionais da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP).
- Promoção da implementação da Plataforma de Desenvolvimento de Longo Prazo - Ceará 2050.
- Expansão da divulgação democrática e transparente do conhecimento sobre temas relevantes para o Estado e a sociedade.
- Promoção do assessoramento na formulação de políticas e de diretrizes gerais no âmbito do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).
 - Gestão das ações desenvolvidas com foco no combate à pobreza e inclusão social.
 - Promoção do assessoramento na formulação de políticas e de diretrizes gerais no âmbito do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).



- Realização de estudos, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), para elaboração e implantação de um Plano Estadual de Combate à Pobreza, como instrumento estratégico de formulação e implementação de políticas públicas que garantam o acesso de pessoas, famílias e comunidades vulneráveis a oportunidades de desenvolvimento integral.
- Criação do novo site oficial do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), em obediência aos postulados da publicidade, da transparência pública, do controle social e da *accountability*, de modo a viabilizar o acesso do cidadão cearense a todas as informações inerentes à gestão do Fundo.
- Seleção, análise e aprovação de projetos estratégicos para fomentar a execução de ações governamentais voltadas à superação da pobreza e à redução das desigualdades sociais apresentados pelas secretarias de estado e aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), tendo como finalidade a alocação e uso de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), representando um volume expressivo de investimento.
- Realização de assessoria ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), responsável pela aprovação de projetos (assistenciais e estruturantes) de combate à pobreza.
- Publicação de dois Relatórios de Desempenho Físico-Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza no site do FECOP, relativos aos anos de 2019, 2020 e ao primeiro semestre de 2021.

04. Programa Modernização da Gestão Corporativa (069 ou 243)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Planejamento e Modernização da Gestão.
- Objetivo: Ampliar a modernização nos processos e serviços compartilhados no tocante a aquisições corporativas, contratações de serviços, gestão patrimonial e logística.
- Público-alvo: Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual
- Gestor: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Executores: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Qualificação da gestão de patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará.
- Qualificação da Gestão da Logística Corporativa do Estado do Ceará.
 - Modernização do processo de Planejamento Anual de Compras Corporativas, abrangendo a sistemática de aquisição adotada por 814 unidades contratantes e contemplando 11.193 itens, entre materiais, bens e serviços, permitindo a identificação de 6.309 itens elegíveis para permanente registro de preços.
- Promoção do assessoramento corporativo no âmbito da Gestão Patrimonial e Logística.
- Promoção do assessoramento corporativo na avaliação e adequação das estruturas organizacionais.
 - Avaliação de 532 imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado do Ceará.
- Promoção do assessoramento corporativo para o uso de ferramentas de gestão nos órgãos e entidades do Poder Executivo.



- Realização de 62 assessorias aos Órgãos e Entidades sobre sistemas corporativos dos patrimônios mobiliário e imobiliário e de gestão logística e almoxarifado e 24 assessorias consolidadas por meio de decretos de reestruturação e/ou regulamentos.
- Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SGBI), com inclusão de relatórios, implementação de uma funcionalidade de manutenção, e realização de capacitação beneficiando a Secretaria da Saúde (SESA) e a Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE).
- Desenvolvimento das funcionalidades (módulos) de leilão de Bens Imóveis e Bens Móveis no Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SGBI) e Sistema de Gestão de Bens Móveis (SGBM).
- Realização de 1.125 assessorias às unidades contratantes sobre regras de negócio e melhorias nos sistemas corporativos de compras.
- Qualificação da gestão de serviços terceirizados.
- Promoção do assessoramento corporativo na gestão de serviços terceirizados.
 - Assessoramento de 14 Órgãos e Entidades em planejamento estratégico e capacitação em Gestão da Rotina e assessoramento de 56 outros, sobre processos de terceirização.
- Promoção do assessoramento corporativo na gestão das compras governamentais.
- Promoção da gestão da política de compras corporativas do Estado do Ceará.
 - Alienação de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos (leilão), com ingresso de recursos da ordem de R\$ 1.179.400,00.

05. Programa Governo Digital do Ceará (244)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática por Resultados.
- Tema: Planejamento e Modernização da Gestão.
- Objetivo: Realizar a transformação digital da gestão pública estadual, por meio de tecnologias inovadoras e disruptivas, para melhorar o acesso aos serviços públicos, ampliar a disponibilidade e compartilhamento de dados governamentais e fomentar a participação e controle social.
- Público-alvo: Cidadãos, Órgãos/Entidades do Governo, Instituições Privadas.
- Gestor: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Executores: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Expansão da oferta de serviços públicos digitais ao cidadão.
- Expansão da interação tecnológica do governo com o cidadão.
 - Desenvolvimento do Aplicativo - Ceará APP – beneficiando a população com o acesso aos principais serviços públicos digitais, voltados para a agricultura familiar, água e esgoto, habilitação, ouvidoria e transparência, programas de nota fiscal e serviços de saúde.
 - Disponibilização da plataforma "Portal Único de Serviços", com 95% de funcionalidades concluídas, é importante ser destacado pelo fato de ser um impulsionador do programa de Transformação Digital do Governo do Ceará. O Portal será integrado ao Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (SUITE) que permitirá que o cidadão abra processos via portal de serviços e Gov.BR do governo



federal para melhorar ainda mais os canais digitais de relacionamento com o cidadão nos serviços públicos.

- Implantação de processos de negócio digitais no âmbito do governo estadual.
- Expansão da disponibilização e compartilhamento de dados governamentais.
 - Disponibilização do Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (SUITE) relacionado ao antigo projeto Papel Zero do Governo do Estado e de relevância na tramitação virtual de processos e documentos administrativos no âmbito do Poder Executivo Estadual. Todas as áreas da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e administradores setoriais das vinculadas (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (CEARAPREV), Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (CEPREVCOM)) e a Central de Licitações da Procuradoria Geral do Estado (PGE) foram treinados no uso do sistema SUITE.

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)

01. Programa Segurança Pública Integrada com a Sociedade (003 ou 521)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Segurança Pública.
- Objetivo: Fomentar a integração com a Sociedade, em ações estratégicas e operacionais, e ampliar a realização de ações preventivas na área da Segurança Pública.
- Público-alvo: Sociedade cearense.
- Gestor: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).
- Executores: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Polícia Civil (PC-CE), Polícia Militar (PM-CE), Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP), Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (FSPDS), Casa Civil e Superintendência de Obras Públicas (SOP).
- Expansão da prestação dos serviços de Segurança Pública.
 - Implantação da Delegacia de Defesa da Mulher, na Casa da Mulher Brasileira, em Fortaleza.
 - Garantia da oferta dos serviços de proteção nas Delegacias de Defesa da Mulher – Sedes Fortaleza, Caucaia, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Quixadá e Pacatuba.
 - Implantação de duas Bases do Policiamento Ronda de Ações Intensivas Ostensivas - BPRaio nos Municípios de Itarema e Jaguaribe.
 - Implantação de uma Delegacia Municipal em Marco.
 - Implantação da Base de Policiamento Ronda de Ações Intensivas Ostensivas (BPRaio), nos municípios de Viçosa do Ceará, Trairi e Acopiara.
 - Reestruturação física do BPRaio nos municípios de Lavras da Mangabeira, Acopiara, Trairi, Boa Viagem, Barbalha, Tauá, Russas, Parambu e Viçosa do Ceará.



- Reestruturação de sedes de três Batalhões da Polícia Militar (BPM), para implantação de Unidades de Segurança.
- Implantação das novas sedes do Batalhão de Choque da Polícia Militar e do Batalhão de Combate a Incêndio.
- Reestruturação física do Batalhão de Busca e Salvamento e das Unidades de Bombeiro Militar (UBM) e das Companhias do Corpo de Bombeiros de Limoeiro do Norte e do Conjunto José Walter, em Fortaleza.
- Reestruturação física do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Nordeste.
- Estruturação de 41 unidades da PMCE com a aquisição de bens do tipo: equipamento de proteção individual, armamento e viaturas.
- Expansão dos serviços de monitoramento remoto das áreas de Segurança Integrada.
 - Implantação do Novo Sistema de Comunicação, para atender a Região da Grande Fortaleza.
 - Implantação do Núcleo Avançado de Inteligência de Sobral e da Unidade Policial de Croatá.
- Expansão da oferta de serviços voltados à preservação dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social.
 - Ampliação dos serviços voltados à preservação dos direitos das crianças, adolescentes, mulheres e minorias.
- Promoção da oferta dos serviços integrados do Sistema de Segurança Pública.
 - Capacitação de 6.449 profissionais em temáticas diversas de interesse da Segurança Pública.
 - Conclusão da formação de 2.705 profissionais para preenchimento de vagas no cargo de Soldado da PMCE.
 - Capacitação de 768 profissionais de segurança pública nos diversos Cursos de Capacitação e Habilitação Profissional.
 - Capacitação de 3.612 profissionais de segurança pública nos cursos de ascensão profissional.

02. Programa Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública (523)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Segurança Pública.
- Objetivo: Melhorar a qualidade do serviço de segurança pública prestado de forma integrada e efetiva ao cidadão.
- Público-alvo: Profissionais operadores de Segurança Pública.
- Gestor: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).
- Executores: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Polícia Civil (PC-CE), Polícia Militar (PM-CE), Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP), Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará (Supesp) Fundo de Segurança Pública e Defesa



Social do Estado do Ceará (FSPDS), Casa Civil e Superintendência de Obras Públicas (SOP).

- Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a política de Segurança Pública.
 - Promoção da qualificação dos profissionais de Segurança Pública.
 - Capacitação de mais de 3.500 profissionais da segurança pública.
 - Implantação de dois Colégios da Polícia Militar, sendo um em Sobral e outro em Maracanaú.
 - Conclusão de dois Cursos de Especialização na área da Segurança Pública, com a participação de 38 profissionais.
 - Estruturação do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, com aquisição de equipamentos e conclusão do Ginásio Poliesportivo.
 - Capacitação de 9.882 profissionais da segurança pública.
 - Conclusão do Curso de Especialização em Altos Estudos de Segurança Pública com a formação de 30 especialistas, profissionais de segurança pública, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Perícia Forense.

Secretaria das Cidades (SCIDADES)

01. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111)

- Eixo: Ceará Acolhedor
- Tema: Acesso a Terra e Moradia.
- Objetivo: Proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano.
- Público-alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em domicílios considerados precários ou que não possuem moradia na área urbana e as famílias beneficiadas com unidade habitacional de interesse social sem título de propriedade urbana.
- Gestor: Secretaria das Cidades (SCIDADES).
- Executor: Secretaria das Cidades (SCIDADES), Secretaria da Saúde (SESA) e Companhia de Habitação do Ceará (COHAB).
- Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais.
 - Entrega de 2 equipamentos do Projeto Rio Maranguapinho (Centro de Educação Infantil - CEI e Unidade Básica de Saúde - UBS) e 1 Creche do Residencial Yolanda Queiroz do Projeto Dendê.
 - Entrega de 210 Unidades Habitacionais no Residencial Yolanda Queiroz por meio do Projeto Dendê.
 - Entrega de 128 títulos de propriedade pela Secretaria das Cidades em parceria com a Habitafor.
 - Entrega de 906 títulos, sendo 128 títulos de propriedade pela Secretaria das Cidades em parceria com a Habitafor/Prefeitura Municipal de Fortaleza 778 pela COHAB.



02. Programa Governança Interfederativa das Regiões (241)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Planejamento e Modernização da Gestão.
- Objetivo: Ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.
- Público-alvo: Gestões municipais, com ênfase em municípios das Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Cariri e Sobral (RMF, RMC e RMS).
- Gestor: Secretaria das Cidades (SCIDADES).
- Executores: Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e Secretaria das Cidades (SCIDADES).
- Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.
 - Elaboração do Modelo de Gestão Fiscal do Município de Jijoca de Jericoacoara: Termo de cooperação, sugestões de alteração do código tributário, modelo de planejamento e ação fiscal do Imposto Sobre Serviços – ISS.

Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)

01. Programa Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário (004 ou 514)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Justiça.
- Objetivo: Promover a reintegração social e a inserção profissional de pessoas presas e egressos do Sistema Penitenciário.
- Público-alvo: Pessoas presas em regime fechado (provisório e sentenciado) semiaberto, aberto, egressos do sistema penitenciário e suas famílias.
- Gestor: Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).
- Executores: Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), Fundo Penitenciário do Estado do Ceará (FUNPEN) e Superintendência de Obras Públicas (SOP).
- Expansão da oferta de vagas no Sistema Penitenciário.
 - Ampliação de 528 vagas masculinas no Sistema Penitenciário, na região Sertão de Sobral.
 - Ampliação de 1.722 novas vagas no Sistema Penitenciário, na região Grande Fortaleza.
 - Ampliação de 600 vagas no sistema prisional, com a inauguração da Cadeia Pública Masculina Professor José Sobreira de Amorim, em Itaitinga.
 - Recuperação de nove grandes unidades do sistema prisional em decorrência dos motins registrados no primeiro semestre para atendimento emergencial de vagas.
 - Recuperação de 13 cadeias públicas nos municípios de Tamboril, Missão Velha, Aquiraz, Várzea Alegre, Santa Quitéria, Acaraú, Iguatu, Morrinhos, Crateús, Jijoca, Milhã, Limoeiro do Norte e São Benedito.



- Qualificação física, tecnológica e gerencial da prestação dos serviços no âmbito do Sistema Penitenciário.
 - Reforço na industrialização dos presídios, com a implantação de cinco empresas dentro do sistema prisional, que beneficiaram 80 presos, por meio das oficinas de trabalho realizadas nas unidades.
- Qualificação profissional voltada à melhoria na prestação dos serviços penitenciários.
 - Capacitação de 1.281 policiais penais para o exercício da função.
 - Capacitação de 501 policiais penais para o exercício da função.
 - Capacitação de 332 agentes penitenciários, em 20 turmas de capacitação (noções de conservação e manutenção de armamento; técnicas de algemação; operador de espingarda calibre 12; tonfa e imobilização tática; escolta e guarda; operações penitenciárias).
- Promoção da oferta dos serviços no Sistema Penitenciário.
 - Capacitação profissional de 4.149 presos nas áreas de Costura, Padaria, Marcenaria, Instalação Hidráulica, Mecânica de motos, Serralheria, Pedreiro, Eletricista, entre outros; beneficiando 558 presos na Região do Cariri, 3.222 na Grande Fortaleza e 369 no Sertão de Sobral.
 - Capacitação de 1.000 pessoas presas em cursos profissionalizantes.
 - Assistência a 28.306 pessoas presas com saúde, educação, assessoria jurídica, social e/ou religiosa.
- Promoção da execução das Alternativas Penais no Estado do Ceará.
- Promoção da ressocialização de pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário.
 - Ampliação do monitoramento eletrônico para 7.760 pessoas (fazendo uso de tornozeleiras) em todo o Estado do Ceará.
 - Promoção da inclusão profissional e social do preso e do egresso com ações e projetos de capacitação, trabalho e cultura, beneficiando 15.312 pessoas, sendo 1.082 egressos e 14.230 presos.
 - Ampliação do encaminhamento de egressos ao mercado de trabalho, a partir da regulamentação da Lei das Vagas – Lei N° 15.854/2015, possibilitando a entrada de 305 egressos no mercado de trabalho.
 - Condecoração da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) no Selo Resgata, do Departamento Penitenciário Nacional, no âmbito da responsabilidade social pelo trabalho.

Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV)

01. Programa Institucionalização e Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Juventude (134)

- Eixo: Ceará Saudável.
- Tema: Esporte e Lazer.
- Objetivo: promover o fortalecimento e a institucionalização das políticas públicas voltadas para juventude.



- Público-alvo: Jovens cearenses de 15 a 29 anos de extrema vulnerabilidade no que tange aos riscos de entrada em atividades ilegais, principalmente ao uso de álcool e outras drogas.
- Gestor: Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV).
- Executores: Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV) e Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude (FUNDEJ).
- Expansão do controle social e participação cidadã na política pública voltada à Juventude.
 - 17.079 de atendimentos na área de saúde, realizados em adolescentes em medida socioeducativa em meio fechado (1.375 médicos, 15.308 enfermagens, 326 psiquiátricos, três dermatológicos e 67 odontológicos).
- Expansão do engajamento da população jovem na implementação das políticas públicas voltadas à juventude.
 - Capacitação de 1.400 jovens, 600 por meio do Programa Qualifica Juventude e 800 através do Programa Juventude Empreendedora.
 - Realização do Webinar Conexão Jovem com a participação de 3.630 jovens, evento que teve como objetivo incentivar a participação de gestores e jovens no debate sobre Políticas Públicas com base nos objetivos estipulados no Estatuto da Juventude.
 - Realização de 25 encontros com gestores de juventude (em sua grande maioria online).
- Implantação do processo de planejamento das políticas públicas voltadas à população jovem.
 - Implantação de dois conselhos municipais de juventude nas cidades de Guaiúba e São Luís do Curu.

Vice Governadoria (VICEGOV)

01. Programa Governança do Pacto por um Ceará Pacífico (245)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Planejamento e Modernização da Gestão.
- Objetivo: Construir uma rede de Cultura de Paz no Estado do Ceará, com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos entidades públicas e sociedade civil.
- Público-alvo: Atores governamentais dos três poderes e órgãos autônomos, das esferas federal, estadual e municipal, sociedade civil organizada e grupos informais.
- Gestor: Vice Governadoria (VICEGOV)
- Executores: Vice Governadoria (VICEGOV)
- Promoção da prevenção à violência, da mediação de conflitos e justiça restaurativa, nos territórios do Pacto por um Ceará Pacífico.
 - Realização de três eventos, pela Plataforma Cisco Webex: dois encontros do Fórum Estadual de Mediação, Justiça Restaurativa e Cultura de Paz, com os temas “Enfrentamento Violência Sexual contra crianças e adolescentes em tempos de pandemia”, com 219 participantes, e “Diálogo Virtual sobre os princípios teóricos da mediação comunitária na implementação da mediação para a comunidade participativa, incluindo os processos circulares”, com 149 participantes, e o “Encontro



Estadual de Justiça Restaurativa e Mediação Escolar – Educação para a Paz: Saberes, práticas e conexões, com 56 participantes.

- Acompanhamento familiar de jovens em vulnerabilidade numa parceria com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), visando a proteção e a socialização dos mesmos, no âmbito dos quatro Territórios do Pacto por um Ceará Pacífico.
- Entrega de kits aos jovens do Programa Superação Virando o Jogo nas casas Na Paz.
- Acompanhamento e apoio aos Comitês e Grupos de Trabalho do Pacto por um Ceará Pacífico, no interior do Estado.
- Realização de 04 Capacitações no Interior: Programa de Formação Cérebro, emoções e linguagem; Realização dos Círculos de Construção de Paz para equipe de diretores das escolas municipais de Sobral; Acompanhamento da formação Círculos de Construção de Paz em Sobral; e Supervisão interinstitucional ao Centro de Referência da Mulher, naquele Município.
- Elaboração e planejamento do Programa Integrado de Redução e Prevenção da Violência do Estado do Ceará (PReVio)¹⁰ em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- Elaboração dos programas e passos de implementação do PReVio: SASA, PADIN, Nem 1 Aluno Fora da Escola e outros.
- Realização de 43 atividades de capacitação no âmbito do Pacto por um Ceará Pacífico, incluindo cursos e palestras, tais como: Virando o jogo - fase de empreendedorismo e de qualificação profissional; Formação Continuada - Curso de Facilitador de Círculos Restaurativos e de Construção de Paz, da SPS; Formação Virtual Continuada com Fórum de Mediação e Cultura de Paz, intitulada “Justiça Restaurativa: Potencialidades e Riscos Público”; III Seminário da Educação; dentre outros.
- Continuidade das ações de articulações junto às Secretarias Estaduais (SDA, Seduc, Seas, SPS, SSPDS) e Municipais (SDHDS, Secultfor, SME, Guarda Municipal e Juventude), para atuação junto à rede de prevenção social, com qualificação profissional, projetos para fortalecimento de vínculos e de protagonismo, contemplando os quatro territórios de vulnerabilidade em que atua o Pacto por um Ceará Pacífico.
- Realização de 17 serviços de assessoramento permanente e rotativo com a implantação da Unidade de Gerenciamento de Projeto do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio).
- Realização atividades de apoio à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Sobral, incluindo apoio psicológico a 20 fiscais da secretaria, planejamento das intervenções do urbanismo social no escopo do Programa Integrado de Redução e Prevenção da Violência do Estado do Ceará (PReVio) e planejamento e validação da metodologia de articulação e interlocução junto ao município, referente ao PReVio para o ano de 2022.

¹⁰ O Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVIO) tem o objetivo de qualificar a atuação governamental na realização de projetos de prevenção social e de segurança pública, na perspectiva de redução de vulnerabilidades e de violências para crianças, jovens, adolescentes gestantes, egressos do sistema socioeducativo, população LGBT e mulheres em situação de violência. Possui três pilares principais: um direcionado à prevenção social da violência, outro para modernização policial, e um terceiro para a prevenção da reincidência infracional em adolescentes.



- Promoção da estruturação do modelo de governança do Pacto por um Ceará Pacífico no interior do estado.
 - Implantação de dois conselhos na estrutura de governança do Pacto por um Ceará Pacífico: Grupo de Trabalho Virando Jogo – Sobral e Grupo de Trabalho Conjunto Habitacional - Nova Caiçara.
- Expansão da inovação no âmbito de atuação do Pacto por um Ceará Pacífico.
 - Desenvolvimento de 19 soluções de sistemas de informação, compreendendo infraestrutura, service desk, manutenções/adequações em sistemas legados e criações de novas aplicações webs e mobiles para a interface digital do Pacto por um Ceará Pacífico.

Casa Civil

01. Programa Comunicação Institucional (081 ou 256)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Ampliar a aproximação Governo e Sociedade contemplando a comunicação institucional e a publicização das ações do Governo céleres e eficazes.
- Público-alvo: Cidadão, instituições governamentais, organizações não governamentais, sociedade civil e órgãos de imprensa.
- Gestor: Casa Civil.
- Executores: Casa Civil, Secretaria do Turismo (SETUR) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET).
- Promoção da comunicação institucional.
 - Realização e publicação de 4.236 matérias até 14 de dezembro no portal do Governo do Ceará, Casa Civil e Hotsite Todos Pela Água, reunindo a produção de todas as Secretárias e entidades vinculadas.
 - Implantação de uma política de comunicação e de publicidade das ações de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, com o desenvolvimento e implementação de 33 campanhas / ações publicitárias.
- Promoção do apoio a projetos de interesse público.
 - Realização de 30 serviços publicitários nos 184 municípios, priorizando campanhas informativas e de utilidade pública sobre cuidados e prevenção ao Corona Vírus e sobre as ações e investimentos realizados pelo Governo para amenizar os efeitos da pandemia nos âmbitos sociais e econômicos, trabalhando em conjunto com as Secretarias e vinculadas para levar a população cearense toda a informação necessária.
- Promoção da publicização de atos oficiais e legais.
 - No primeiro trimestre foram disponibilizadas 74 edições do Diário Oficial do Estado.
 - No segundo trimestre foram efetivamente disponibilizadas 78 edições do Diário Oficial do Estado.
 - No terceiro trimestre foram efetivamente disponibilizadas 72 edições do Diário Oficial do Estado.



- No período de outubro e novembro foram efetivamente disponibilizadas 44 edições do Diário Oficial do Estado.
- Publicação de 288 edições do Diário Oficial do Estado (DOE) com um total de 120.438 matérias até o final de novembro de 2020.
- Emissão e divulgação de 243 edições do Diário Oficial do Estado divulgando matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares.
- Emissão e divulgação de 246 edições do Diário Oficial do Estado, publicadas com aproximadamente 114.479 matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares.
- Promoção da publicidade institucional.
 - No período de janeiro a novembro de 2021, foram realizadas e publicadas:
 - 1.502 matérias no Portal do Governo do Ceará, Casa Civil e Hotsite Todos Pela Água, reunindo a produção de todas as secretárias e órgãos vinculados de janeiro a março.
 - 1.969 matérias no portal do Governo do Ceará, Casa Civil e Hotsite Todos Pela Água, reunindo a produção de todas as secretárias e entidades vinculadas de julho a setembro.
 - 1.588 matérias no portal do Governo do Ceará, Casa Civil e Hotsite Todos Pela Água, reunindo a produção de todas as secretárias e entidades vinculadas de abril a junho
 - 1.235 matérias no portal do Governo do Ceará, Casa Civil e Hotsite Todos Pela Água, reunindo a produção de todas as secretárias e entidades vinculadas de outubro e novembro.
- Promoção de eventos oficiais e de interesse público.
 - No período de janeiro a novembro foram realizadas 49 campanhas publicitárias, sendo:
 - 09 no trimestre de janeiro a março - 13 no período de abril a junho - 16 no período de julho a setembro - 11 no período de outubro e novembro - Todas as campanhas tiveram alcance em todos os municípios do estado.
 - No período de janeiro a novembro foram realizados 519 eventos.
 - Realização de 1.363 eventos, envolvendo inaugurações, lançamentos, entregas de equipamentos públicos e posses.
 - Realização de 24 ações publicitárias em mídias diversas sobre atos, programas, obras e serviços disponibilizados à população, como instrumento educativo, de informação e de orientação social, destacando-se, entre eles, as ações publicitárias sobre Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC, Balanço da Educação, entregas de novas escolas, Programa Mais Infância, Balanço do Programa Mais Infância, Plantão Saúde Ceará, Febre Aftosa, atração de investimentos - Hub aéreo, portuário e tecnológico, Habitação, Programa ZOOM, videomonitoramento e SPIA; Cadastro Ambiental Rural - CAR; Recadastramento de Servidores Públicos; Balanço da Gestão - Ceará do Meu Orgulho, entregas da Segurança Pública - Raio, Videomonitoramento e Uniseg, novas Areninhas e novas Brinquedopraças.
 - Realização de 41 campanhas publicitárias, com destaque para Campanhas do Turismo, da Segurança Pública, da Saúde (Aedes Aegypt e balanço das ações de combate ao mosquito), da Educação (Ideb, PAIC, Escolas de Tempo Integral), Campanha “Cada



Gota Conta”, Programa “Ceará de Ponta a Ponta”, Regulamentação do Parque do Cocó, Prestação de Contas e Balanço da Gestão.

- Realização de 1.098 eventos diversos, incluindo 396 eventos oficiais, dentre eles: implantação do Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (Raio) em diversos municípios, inaugurações de Unidades Integradas de Segurança (Unisegs), inaugurações de estradas e sistemas de abastecimento de água, inaugurações de Escolas de Ensino Médio e Profissionalizantes, nomeações e promoções de Bombeiros e Policiais Militares, inaugurações de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e realização da Operação Sorriso.

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD)

01. Programa Controle Disciplinar dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário (522)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Segurança Pública.
- Objetivo: Ampliar a prevenção e repressão dos desvios de conduta no controle disciplinar e correccional.
- Público-alvo: Profissionais dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário.
- Gestor: Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD).
- Executores: Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD).
- Promoção da prevenção ao cometimento de transgressões na área da segurança pública e do sistema penitenciário.
- Expansão do conhecimento técnico e científico na área da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário.
- Qualificação dos servidores civis e militares que atuam no controle disciplinar.
 - Realização de Treinamento de Inteligência Emocional (Método CIS) com a participação de 64 operadores de Segurança do Estado do Ceará.
- Promoção da prestação dos serviços de correição e inspeção.
- Promoção dos serviços de resoluções consensuais nos procedimentos disciplinares.
 - Mediação de acordos com métodos alternativos para resolução de conflitos disciplinares, beneficiando 93 pessoas, por meio do Núcleo de Soluções Consensuais.
- Promoção dos serviços de acompanhamento social e de desenvolvimento humano.
 - Realização da Pesquisa sobre a sensação de segurança no âmbito dos conselhos comunitários de defesa social de 151 territórios cearenses.
 - Realização de 15 Reuniões com os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CODES).
- Qualificação física e tecnológica dos serviços de controle disciplinar.



- Implantação da Unidade de Comunicação em Nova Russas (Cia PM) e em Santana do Cariri (Cia PM).
- Expansão dos serviços integrados de atividades de controle disciplinar.
- Promoção da prestação de serviços de controle disciplinar.
 - Decisões de 252 processos regulares e sindicâncias, com publicação no Diário Oficial do Estado, envolvendo 498 policiais.
 - Realização de 05 correições, sendo 01 na cidade de Maranguape e 04 na cidade de Fortaleza.

Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)

01. Programa Controle Interno Governamental (251)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.
- Público-alvo: Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual
- Gestor: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)
- Executores: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).
- Implantação do controle de registro de bens dos agentes públicos por meio de um modelo de gestão estruturado.
- Qualificação da auditoria e controladoria governamental.
 - Capacitação de 116 servidores em métodos de auditoria e de controladoria governamental, visando à melhoria do desempenho de suas funções.
- Promoção da verificação da regularidade e desempenho da gestão dos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Estadual.
- Implantação da gestão de riscos no âmbito do Poder Executivo Estadual.
- Implantação do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual.
- Promoção do controle nas contas de gestão estadual.
- Promoção do monitoramento e controle integrado no âmbito da gestão fiscal e de resultados.
 - Produção de quatro Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-GOVERNO) e dois Pareceres Técnicos.
 - Elaboração e publicação de sete Relatórios referente à situação da execução dos contratos e dos instrumentos de parceria.
 - Produção de 94 Relatórios de Controle Interno sobre as Contas de Gestão (RCI GESTÃO), gerados e inseridos no sistema Ágora do TCE.



- Inclusão no Sistema Ágora para envio ao TCE-CE de 95 Relatórios do Controle Interno sobre as contas anuais de gestão (RCI-Gestão).
- Promoção do monitoramento dos processos de contratos e parcerias.
 - Disponibilização de Painel de Dados Gerais de Contratos e Dados Gerais de Convênios informatizado, com a situação de execução dos contratos e dos instrumentos de parceria.

02. Programa Fomento à Ética e à Integridade (253)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.
- Público-alvo: Órgãos e Entidades do Poder Executivo e Atores com quem se relacionam, fornecedores e parceiros dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.
- Gestor: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)
- Executores: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).
- Implantação da cultura de integridade nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.
 - Implementação do Comitê de Integridade em 13 (treze) órgãos estaduais: ADAGRI, CGD, FUNECE, PMCE, SAP, SECULT, SEDET, SEDUC, SEFAZ, SEMA, SESA, SRH e SSPDS.
 - Elaboração de seis Planos de Integridade, abrangendo CGE, FUNECE, SAP, SEMA, SEMACE e SPS.
- Qualificação do Fomento à Ética e à Integridade.
 - Capacitação de 138 servidores de diversos órgãos/entidades estaduais na adoção de boas práticas de gestão e na instituição de mecanismos de combate à corrupção.
 - Capacitação sobre ética e ouvidoria para programa de Certificação em Ouvidoria 2021.
 - Capacitação de 30 servidores membros do Comitê de Integridade.
 - Atualização do Sistema de Ética e Combate e Prevenção ao Assédio Moral com a referida legislação de Ética e Assédio Moral.
- Promoção da sensibilização dos fornecedores dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.
- Promoção do fomento à Ética Pública.
 - Realização de palestra para os servidores da SEMACE, abordando o Sistema de Gestão Ética, envolvendo 68 servidores.
 - Realização de dois eventos voltados a fomento do Código de Ética.

03. Programa Transparência, Participação e Controle Social (254)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.



- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Ampliar a participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.
- Público-alvo: Sociedade cearense e Órgãos públicos
- Gestor: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)
- Executores: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).
- Promoção da conscientização da sociedade para o exercício do controle social.
 - Realização de dois eventos de palestras de conscientização da sociedade para o exercício do controle social realizadas em eventos e escolas.
 - Realização de oito palestras através de plataforma digital, sob a temática “Caminhos da Cidadania”, com a participação de cerca de 350 pessoas.
- Promoção da prestação de serviços de ouvidoria, acesso à informação e transparência.
 - Realização de 52 capacitações em ouvidoria (40) e transparência (12), envolvendo um total de 1.276 servidores.
 - Realização de 34 capacitações para a formação e atualização dos comitês setoriais de acesso à informação, de ouvidores integrantes da Rede Estadual de Ouvidoria, das sub-redes estaduais, bem como dos membros da Rede Ouvir.
 - Realização de 2.191.205 atendimentos nas áreas de Ouvidoria e Transparência, envolvendo.
 - 66.879 manifestações de Ouvidoria pertinentes ao Poder Executivo Estadual, com registros em pelo menos 183 municípios cearenses; 52.724 solicitações de acesso à informação; e 2.071.602 acessos ao Ceará Transparente.
 - Realização de 1.652.256 atendimentos em manifestações de ouvidoria e solicitações de informação registradas no Ceará Transparente e número de acessos às páginas de transparência da plataforma Ceará Transparente.
- Promoção da melhoria da transparência nos órgãos públicos estaduais.
 - Carta de Serviços Modernizada, com implantação de algumas melhorias e funcionalidades na ferramenta atual, bem como atualização das informações dos serviços no âmbito dos órgãos e entidades estaduais.
 - Consulta da dívida pública disponibilizada na seção de Transparência da plataforma Ceará Transparente.
 - Ranking de transparência disponibilizado no site da CGE: <https://www.cge.ce.gov.br/2021/11/22/cge-divulga-o-resultado-do-ranking-de-transparencia-do-poder-executivo-estadual/>.
- Qualificação do fomento ao controle social.
 - Distribuição de cerca de 87 cartilhas, vídeos e materiais lúdicos sobre o controle social e ética.



Procuradoria Geral da Justiça (PGJ/MPCE)

01. Programa Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis (012 ou 515)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Justiça.
- Objetivo: Apoiar a implementação de boas práticas da gestão de ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais.
- Público-alvo: Cidadãos cearenses atingidos pelo descumprimento de políticas públicas, da ordem jurídica pelos gestores e dos seus interesses sociais e individuais indisponíveis
- Gestor: Procuradoria Geral da Justiça (PGJ/MPCE).
- Executores: Procuradoria Geral da Justiça (PGJ/MPCE), Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará (FDID), Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público (FESMP) e Fundo de Reparcelamento e Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará (FRMMP).
- Promoção do diálogo com a sociedade.
- Expansão da tutela dos direitos do consumidor.
- Expansão da atuação ministerial.
- Qualificação da prestação dos serviços e procedimentos ministeriais.
- Promoção da oferta dos serviços ministeriais prestados à sociedade.
- Promoção da defesa dos direitos difusos.
- Promoção da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Procuradoria Geral do Estado (PGE-CE)

01. Programa Defesa dos Interesses do Estado (257)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Aprimorar a representação administrativa e jurídica dos interesses do Estado.
- Público-alvo: Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, servidores e gestores públicos estaduais.
- Gestor: Procuradoria Geral do Estado (PGE-CE)
- Executores: Procuradoria Geral do Estado (PGE-CE), Fundo de Modernização e Reparcelamento da Procuradoria Geral do Estado e Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo.
- Promoção da defesa dos interesses do estado sobre questões de patrimônio e do meio ambiente.
 - Expedição de 601 pareceres jurídicos - Procuradoria do Patrimônio e do Meio Ambiente (PROPAMA).



- Promoção da defesa dos interesses do Estado sobre questões relativas às entidades da Administração Indireta e às políticas públicas.
 - Movimentação de 29.182 processos de representação judicial - Procuradoria da Administração Direta e Políticas Públicas (PROCADIN).
- Promoção da apuração de responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições.
 - Expedição de 125 pareceres jurídicos da Procuradoria de Processo Administrativo Disciplinar (PROPAD).
- Promoção do patrocínio judicial e extrajudicial dos interesses gerais do Estado.
 - Realização de 59.309 processos de representação judicial - Procuradoria Judicial (PROJUD).
 - Realização de 3.425 processos de Representação Jurídica (2.219 de usucapião, 1.154 de desapropriação e 52 de regularização imobiliária).
- Promoção da gestão centralizada de certames licitatórios.
 - Realização de 2.464 processos licitatórios.
- Promoção da gestão da Dívida Ativa do estado.
 - Realização de 488.323 representações jurídicas. - Procuradoria da Dívida Ativa (PRODAT).

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE)

01. Programa Regulação dos Serviços Públicos Delegados (026 ou 252)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários.
- Público-alvo: Poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços.
- Gestor: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE).
- Executores: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE).
- Promoção da regulação técnica dos serviços públicos delegados de transporte intermunicipal de passageiros.
 - Elaboração de três relatórios de fiscalização no setor de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, sendo o primeiro relativo à ação realizada junto aos operadores de transportes regulares e complementares para vistoria e segurança dos usuários que viajam no período de Carnaval. Os demais relatórios referem-se à avaliação de critérios relacionados às reclamações dos usuários, à regularidade fiscal, à situação financeira e ao desempenho operacional, dentre outros aspectos de uma



- empresa operadora do sistema. As regiões envolvidas foram: Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão Central e Grande Fortaleza.
- Realização de dois estudos para o setor de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, onde o primeiro refere-se à avaliação econômica e financeira do contrato de concessão dos terminais interurbanos de Fortaleza e, o segundo, refere-se à avaliação da evolução dos serviços de transporte regular interurbano, avaliando, inclusive, a viabilidade de utilização de tecnologia embarcada para obtenção de dados referenciados para o acompanhamento do serviço.
 - Pactuação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para os operadores do Serviço de Transporte Intermunicipal Rodoviário de Passageiros.
 - Realização de duas fiscalizações em 2019, uma relacionada à cobrança indevida em passagens justificada por demanda específica da 2ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Ceará, no município de Morada Nova, e outra à empresa regular de ônibus.
 - Promoção da regulação técnica dos serviços públicos delegados de saneamento básico.
 - Entrega de 179 relatórios de fiscalização (92,3% da meta) dos serviços de saneamento básico no Ceará, até novembro de 2020
 - Conclusão de 36 relatórios de fiscalização no setor de Saneamento Básico, envolvendo os municípios de Acopiara, Alcântaras, Aracati, Cariús, Caucaia (dois relatórios), Choró, Croatá, Forquilha, Fortaleza, Graça, Guaiúba, Ibaretama, Ibicuitinga, Itaitinga, Itatira, Juazeiro do Norte (dois relatórios), Mombaça, Orós, Pacatuba, Pacoti, Paracuru, Paraipaba, Piquet Carneiro, Poranga, Potengi, Redenção, Regionais UN-BBA e UN-BSI, Russas, Santa Quitéria, São Gonçalo do Amarante, Senador Pompeu, Sobral e Viçosa do Ceará.
 - Estabelecimento de Mecanismo de Reposicionamento Tarifário e da Tarifa de Contingência em face da grave situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, incentivando a redução da demanda de forma a evitar o agravamento da situação.
 - Fiscalização do cumprimento de oito Planos Municipais de Saneamento Básico, em 2018.
 - Realização de um estudo sobre os modelos de regulação da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos como desdobramento da Lei Estadual de Resíduos Sólidos, em cumprimento à Política Estadual de Saneamento Básico.
 - Revisão dos critérios aplicáveis à tarifação dos serviços de abastecimento de água para se adequar ao cenário de contingenciamento em situações críticas de escassez ou de contaminação de recursos hídricos.
 - Promoção da regulação técnica dos serviços públicos delegados de distribuição de gás canalizado.
 - Entrega de dois relatórios de fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado, referentes aos períodos do segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020 (100% da meta).
 - Conclusão do relatório de fiscalização relacionado à regulação dos serviços de gás canalizado prestados pela Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS) no primeiro semestre.
 - Promoção da regulação técnica dos serviços públicos delegados de distribuição e geração de energia elétrica.



- Realização de 43 fiscalizações dos setores de geração e distribuição de energia elétrica no Ceará
- Entrega de 52 produtos de regulação técnica dos serviços públicos delegados de distribuição e geração de energia elétrica (174% da meta projetada).
- Emissão de 14 pareceres de fiscalização referentes às Campanhas de Fiscalização de usinas geradoras de energia elétrica, cuja seleção foi baseada em dados de desempenho e resultaram em Planos de Melhorias para a solução dos problemas detectados.
- Adoção de nova metodologia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) referente à delegação de atividades às agências reguladoras estaduais no setor de energia elétrica, pela qual os sistemas de informações das concessionárias passaram a ser o objeto principal de atuação, ficando a atividade regulatória concentrada no monitoramento de dados e análise de procedimentos específicos dos serviços.
- Acompanhamento sobre o atendimento de pedidos de novas ligações e de aumento de carga de consumidores de energia elétrica, visando a regularização dos prazos de atendimento pela concessionária.
- Promoção da regulação econômica dos serviços públicos delegados.
 - Realização da primeira fiscalização semestral (Relatório de Fiscalização e emissão do Termo de Notificação).
- Promoção da normatização regulatória.
 - Conclusão de 40 fiscalizações nos municípios regulados, de forma indireta ou documental, equivalentes a 22% da meta anual de 2021.
 - Expedição de 21 Resoluções da Arce (nº 01 a 21 de 2021), até novembro de 2021.
 - Expedição de mais de 24 normas regulatórias pelo Conselho Diretor da ARCE, contribuindo para o incremento da qualidade dos diversos serviços regulados.
 - Criação e regulamentação do Núcleo de Julgamento de Infrações (NJI), responsável pela análise e julgamento de defesas contra Autos de Infração de Transporte e contra Termos de Abertura de Processo Administrativo Punitivo.
 - Realização de pesquisa piloto para validar o modelo proposto para aferição do Índice de Desempenho Operacional, indicador com a finalidade de quantificar e qualificar o desempenho operacional das operadoras, nos termos do art. 158 do Decreto Nº 29.687/2009.
 - Revisão da Lei do Gás e da Resolução Arce Nº 60/2005.
 - Participação no projeto Abrace Jeri, no qual o governo articulou, junto com demais órgão e representantes locais da região, a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta.
 - Realização de estudo sobre os modelos de regulação da prestação de serviços públicos de saneamento rural, como contribuição à consolidação da Lei Federal do Saneamento Básico (Lei Nº 11.445/2007) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010).
 - Atualização de normas disciplinadoras dos setores regulados, envolvendo as resoluções relacionadas ao sistema de avaliação de desempenho do serviço de abastecimento e esgotamento sanitário (2013) e o limite padrão para a Porcentagem de Perdas Totais dos serviços de gás canalizado (2005).



- Premiação da Ouvidoria da ARCE, pelo quinto ano consecutivo, na Avaliação de Desempenho das Ouvidorias Setoriais do Estado – Tipo 1, conforme critérios definidos pelo Decreto nº 30.938, de 10 de julho de 2012.
- 7 - Promoção do atendimento de ouvidoria ao usuário do serviço público delegado e relacionamento com a sociedade.
 - Atendimento de 5814 pessoas pelos diversos canais da Ouvidoria da ARCE até novembro de 2020.
 - Realização de 7.114 atendimentos em 2019 em todas as áreas reguladas pelo Estado, tendo sido todos finalizados dentro do prazo médio de 20 dias.
 - Fortalecimento das relações com a sociedade e o usuário por meio da transmissão ao vivo das reuniões ordinárias do Conselho Diretor, podendo interagir com respostas imediatas.
 - Estabelecimento de novas ferramentas hospedadas para facilitar o atendimento da população, como a Central de Serviços de Transporte e o Sistema de Acompanhamento de Processos.
 - Atendimento de 7.050 usuários dos serviços regulados na Ouvidoria da ARCE (atendimento presencial, telefônico, e-mail e whatsapp) em 2018, com prazo médio de 21 dias para solução.
 - Ampliação do atendimento da Ouvidoria da Arce com posto no Terminal Rodoviário de Fortaleza.
- 8 - Qualificação da gestão e da atividade regulatória.
 - Realização de dois Fóruns de Regulação e Cidadania, promovendo o debate e o fomento de temas relacionados aos serviços públicos regulados.
 - Realização de quatro eventos Fórum Regulação e Cidadania, com o objetivo de promover a transparência da ação regulatória, debatendo temas de interesse da sociedade, tais como iluminação pública, saneamento rural e a situação hídrica no Estado do Ceará.

Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE-CE)

01. Programa Acesso Gratuito à Justiça (511)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Justiça.
- Objetivo: Ampliar o acesso gratuito à Justiça como garantia dos direitos da população em todos os municípios cearenses.
- Público-alvo: Pessoas em situação de vulnerabilidade e hipossuficientes que necessitam de assistência jurídica gratuita no Estado do Ceará.
- Gestor: Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE-CE).
- Executores: Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE-CE) e Fundo de Apoio e Aparentamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (FAADEP).
- Promoção da oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita.
- Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.



- Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.
- Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita.
- Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita - Defensoria em Movimento.
- Promoção da assistência jurídica e psicossocial especializada a familiares de vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) - Programa Acolhe.

Tribunal de Justiça (TJCE)

01. Programa Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional (036 ou 512)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Justiça.
- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça.
- Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de justiça e sociedade em geral.
- Gestor: Tribunal de Justiça (TJCE).
- Executores: Tribunal de Justiça (TJCE), Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU), Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg-JE) e Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça (FECDOJ).
- Qualificação da prestação jurisdicional.
- Promoção da oferta de serviços judiciais.
- Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais.
- Promoção de serviço cartorário gratuito.

02. Programa Integração do Sistema de Justiça Criminal (INTEGRA) (039 ou 513)

- Eixo: Ceará Pacífico.
- Tema: Justiça.
- Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.
- Público-alvo: Órgãos da administração compartilhada do sistema de Justiça criminal (Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas, Poder Judiciário do Estado do Ceará, Ministério Público, Defensoria Pública etc.)
- Gestor: Tribunal de Justiça (TJCE).
- Executores: Tribunal de Justiça (TJCE) e Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU).



- Qualificação da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.

Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE)

01. Programa Controle Externo da Administração Pública Estadual e Municipal (013 e 014 ou 255)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Ampliar a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação do Controle Externo, visando promover a melhoria na gestão dos recursos públicos estaduais e municipais.
- Público-alvo: Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, Municipal e Sociedade Civil.
- Gestor: Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE)
- Executores: Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE).
- Promoção do Controle Externo no âmbito da Administração Pública Estadual.
- Promoção do Controle Externo no âmbito da Administração Pública Municipal.
- Promoção do desenvolvimento e da qualificação de servidores, jurisdicionados e sociedade.

Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE)

01. Programa Desenvolvimento do Processo Legislativo (258)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Ampliar a aproximação da Casa Legislativa com o povo cearense.
- Público-alvo: Cidadãos cearenses.
- Gestor: Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE).
- Executores: Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE).
- Promoção de consultoria parlamentar da Assembleia Legislativa.
- Promoção dos serviços inerentes a matéria legislativa nas comissões técnicas permanentes.

02. Programa Promoção da Interação Legislativo e Sociedade (259)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados.
- Tema: Transparência, Ética e Controle.
- Objetivo: Ampliar a eficácia da produção legislativa.
- Público-alvo: Cidadãos cearenses.
- Gestor: Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE).



- Executores: Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE).
- Promoção da defesa dos direitos do consumidor.
- Promoção da cidadania no âmbito da Casa Legislativa.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza os programas executados pelos órgãos estaduais que estão alinhados com o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Quadro 1: Programas alinhados com o ODS 16 por Órgão Estadual.

Secretarias / Ações
<p>Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Implementação do Sistema Único de Assistência Social (121) 02. Programa Proteção Social Especial (072 ou 122) 03. Programa Proteção Social Básica (080 ou 123) 04. Programa Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher (131) 05. Programa Proteção à Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania (133) 06. Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (054 ou 135) 07. Programa Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo (075 ou 136)
<p>Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual (221) 02. Programa Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas (222) 03. Programa Sistema de Planejamento Orientado para Resultados (242) ou Programa Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento (065) 04. Programa Modernização da Gestão Corporativa (069 ou 243) 05. Programa Governo Digital do Ceará (244)
<p>Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Segurança Pública Integrada com a Sociedade (003 ou 521) 02. Programa Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública (523)
<p>Secretaria das Cidades (SCIDADES)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111) 02. Programa Governança Interfederativa das Regiões (241)
<p>Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário (004 ou 514)
<p>Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV)</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Institucionalização e Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Juventude (134)
<p>Vice Governadoria (VICEGOV)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Governança do Pacto por um Ceará Pacífico (245)
<p>Casa Civil</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Comunicação Institucional (081 ou 256)
<p>Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Controle Disciplinar dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário (522)
<p>Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)</p> <p>Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Controle Interno Governamental (251) 02. Programa Fomento à Ética e à Integridade (253) 03. Programa Transparência, Participação e Controle Social (254)



Secretarias / Ações
Procuradoria Geral da Justiça (PGJ/MPCE) Programas 01. Programa Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis (012 ou 515)
Procuradoria Geral do Estado (PGE-CE) Programas 01. Programa Defesa dos Interesses do Estado (257)
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE) Programas 01. Programa Regulação dos Serviços Públicos Delegados (026 ou 252)
Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE-CE) Programas 01. Programa Acesso Gratuito à Justiça (511)
Tribunal de Justiça (TJCE) Programas 01. Programa Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional (036 ou 512) 02. Programa Integração do Sistema De Justiça Criminal (INTEGRA) (039 ou 513)
Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE) Programas 01. Programa Controle Externo da Administração Pública Estadual e Municipal (013 e 014 ou 255)
Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE) Programas 01. Programa Desenvolvimento do Processo Legislativo (258) 02. Programa Promoção da Interação Legislativo e Sociedade (259)

Fonte: Mensagens à Assembleia de 2017 até 2022. Elaboração: IPECE.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma preocupação com a qualidade de vida dos seres humanos, com um planeta mais sustentável. Muitos movimentos realizados por vários países já tiveram início nas décadas de 80 e 90. Até que no ano 2000, os 191 países-membros das Nações Unidas fecharam um acordo denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), se comprometendo até 2015 buscar a sustentabilidade do planeta e a melhoria na qualidade de vida da população mundial.

Passados quinze anos, outras agendas foram sugeridas e seguidas, algumas com foco bem estabelecido, como o **Acordo de Sendai**, a **Agenda de Ação Adis Abeba**, **Acordo de Paris**, entre outros. Neste mesmo ano, a ONU, em sua Assembleia Geral, estabeleceu 17 novas metas globais para os próximos 15 anos (2016-2030), chamadas de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), seus membros se comprometeram em continuar enfrentando os problemas mundiais, adotando a chamada Agenda 2030.

A partir daí os ODS passaram a orientar as políticas públicas em várias nações e seus entes subnacionais. Portanto, com o objetivo de mapear as ações do governo do estado do Ceará, que possam estar alinhadas aos ODS, foi realizado o presente relatório, apresentando as políticas, programas, projetos e iniciativas governamentais que seguem a Agenda 2030, especificamente ao **ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.**

No âmbito do Governo do Ceará, as ações são definidas a partir do Plano de Governo elaborado a cada início de uma nova gestão. Foram identificadas ações alinhadas ao ODS 16 nos Eixos: **Ceará Acolhedor; Ceará da Gestão Democrática para Resultados; Ceará Pacífico; e Ceará Saudável** e nos temas: **Acesso a Terra e Moradia; Assistência Social; Inclusão Social e Direitos Humanos; Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Planejamento e Modernização da Gestão; Transparência, Ética e Controle; Justiça; Segurança Pública; e Esporte e Lazer.**

Esses programas vêm sendo geridos e executados pelas secretarias estaduais, cada uma com seu papel e atuação bem definida, e com base numa leitura das Mensagens à Assembleia de 2017 até 2022, foram identificados 33 Programas, sendo 7 da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS); 5 da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG); 2 da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS); 2 da Secretaria das Cidades (SCIDADES); 1 da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP); 1 da Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV); 1 da Vice Governadoria (VICEGOV); 1 da Casa Civil; 1 da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD); 3 da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE); 1 da Procuradoria Geral da Justiça (PGJ/MPCE); 1 da Procuradoria Geral do Estado (PGE-CE); 1 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE); 1 da Defensoria



Pública Geral do Estado (DPGE-CE); 2 da Tribunal de Justiça (TJCE); 1 da Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE); 2 da Assembleia Legislativa do Estado de Ceará (ALECE).

Desta forma efetuar ações que promovam paz, justiça e instituições eficazes é um grande desafio, que se faz necessário implementar políticas públicas intersetoriais alinhadas a estratégia de gestão para resultados (GPR) e baseadas em evidências e integrar políticas públicas que permitam promover sociedades pacíficas e inclusivas, com foco na redução de todas as formas de violência, principalmente contra crianças; na redução da taxa de mortalidade e na promoção e cumprimento de leis e políticas não discriminatórias; desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes; garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa; e proporcionar a igualdade de acesso à justiça e identidade legal para todos.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

O relatório “**Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará**” e outras publicações do IPECE encontram-se disponíveis na internet através do endereço:
www.ipece.ce.gov.br